

P.<sup>E</sup> MANUEL LIRIO



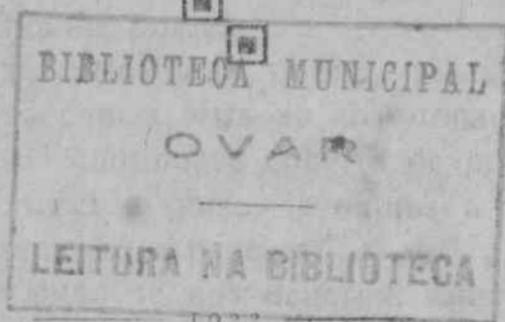
*Manuel Lirio*  
*20/11/52*  
SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE OVAR

# OS PASSOS

bibRIA

*CDU 908*

*PASSOS de Ovar*



— IMPRENSA PATRIA —

RUA ANTERO DO QUENTAL, 30

— OVAR —



Para o D. Sr. Pinto - insignifi-  
cant recordação de

Bras 13/4/25

Antonio Fagundes

See pag 107

bibRIA

## DUAS PALAVRAS

O que vai ler-se, deve-se a um caso fortuíto.

Fômos um dia ha pouco ainda, á capela do Cai-vário, em cata dum livro velho, ruído dos ratos, meio desconjuntado, enegrecido do pó e bolôr, que víramos uma vez, ao abandono, em cima do arcaz da sacristia do norte. Nas suas primeiras páginas divisáramos então, sem lhe ligarmos grande importancia, uma lista de padres ovarenses muito extensa, que nos estava agora a interessar bastante. Fômos por éla.

A nossa curiosidade, porém, que já se não satisfazia só com a vista do abandonado calhamação, que lá continuava coberto de pó e bolôr no seu conhecido poiso, levou-nos a rebuscar outros, a remexer, a procurar.

O que então se nos deparou, causou-nos a maior impressão de tristeza e depois a mais grata e inesperada surpresa! Sob uma rima de armação de pinho a desfazer-se em caruncho, no lagêdo húmido, sementeos pelos cantos, por baixo

e por detraz do gavetão dos pãramentos e alfaias, de mixtura com cisco abolorecido e escuro, nada mais se via que velhos livros na mais completa desordem e deprêso. Abertos a apodrecer de bôrco sôbre o pavimento; de entranhas esfarrapadas, enovelados, descosidos e enrodilhados como farrapos imundos! Doeu-nos a vista daquela destruição miseranda de tantas páginas que, ao primeiro relance, denunciavam não serem mudas.

Que diriam élas? Pobres documentos!

Fômo-los levantando, sacudindo, endireitando e empilhando depois, um a um, sôbre o pulverulento arcaz; e começamos a decifrar os seus títulos. Eram cadernos sem capa, para a cobrança dos annaes da *Irmadade dos Passos*, dispostos por logares, livros em meia encadernação para a inscrição de irmãos em diversas épocas, outros com capas de pergaminho para actas, conferências, inventários, memórias, contas, etc.! Estava-nos a interessar o achado e fômos abandonando: *Livro de eleições da mesa 1686; Livro para contas da Irmadade dos Passos 1734; Livro de Inventários, conferências, escrituras, dividas, etc., etc.*

Deviam ser curiosos. Mas aquilo precisava de disposição e tempo para se ver bem. Mandamo-los vir para nossa casa e aqui, com todo o socêgo, fômos abrindo e folheando, a princípio por alto, mas com avidez, aquelas páginas venerandas e despresadas. Ao pé de láudas completa-

mente perdidas, ilegíveis, trabalhadas pelo pó e humidade que as merujou e denegriu, de restos de fôlhas truncadas e rôtas, que de informações interessantes que ninguém presava, nem estimava!

Não restava dúvida: era preciso ver aquilo bem. Merecia-o!

Recomeçámos então vagarosamente e com atenção o nosso exame. Lêmos, decifrámos e fômos tomando apontamentos que nos foi possível: juntámos, juntámos descosidas informações que íamos incansavelmente, persistentemente, laboriosamente, mas gostosamente arrancando áqueles destróços dum, por certo, riquíssimo arquivo multiseccular, totalmente escalavrado e equiparado, no conceito de tantas mésas passadas a um montão de lixo! E só depois de exgotada a nossa paciência de paleógrafo, de rebuscar todo o ouro sepulto nessa entulheira de garatujas e bolôres, é que démos de mão á nossa curiosidade. E passámos logo a supesar e metodizar apontamentos, para aquilatarmos bem o valor do nosso achado. Relemos aquilo tudo, aproximámos informações e datas e vimos que para alguma coisa serviria o fruto da nossa despendida canceira.

Descobríramos que nêsses apontamentos tirados a êsmo e agora cuidadosamente relacionados, palpitava a vida e um pouco da historia da confraria durante largo período da sua existência; e concebêramos desde logo a ideia de operarmos, quanto possível, a resurreição dessa história e

dessa vida. Pareceu-nos que esses elementos colhidos, juntos a outros que possuíamos e esperávamos ainda obter, eram mais que suficientes para reconstituir, com segurança, factos que não seria indiferente conhecer nos seus ignorados pormenores e até substância. Concebêramos esse plano e tentámos realisa-lo no presente trabalho de coordenação de tantos elementos dispersos.

Oxalá os hajamos sabido aproveitar e dispôr de maneira, que no espirito de quem nos lêr, passe o cosmorama de tantas coisas curiosas, sepultadas ha tanto no olvido e ainda ha pouco arrastadas no pó lixoso duma sacristia escusa e que um mero acaso nos fez chegar ás mãos.

1918.

M. L.

## INTRODUÇÃO

Muitas teem sido as crises de decadência que esta Irmandade tem atravessado e vencido.

Antes dela atingir toda a grandesa e esplendor que lhe vieram após 1746, essas altas e baixas de fervor, essas desigualdades de fortuna, em que a revêzes a administração se carregava de suspeitãs e o culto perdia muito do seu costumado brilho e calôr, eram muito menos notadas e sensíveis. A modéstia da instituição e das figuras que constituíam as suas gerências, traziam-na mais fóra das atenções, menos exposta aos juízos do público. Não assim depois que a magnificência de seus templos e alfaias e a distincção dos nomes que formavam as suas mesas, chamavam sobre éla as vistas e a atenção deslumbradas de tôda a gente.

Como luz que se ergue bem alto, desde então, ficou em mira toda a sua próspera ou decadente vida e a dar nos olhos mais a má que a bôa e recta administração. Desde então, por isso, se

tornou mais fácil precisar os períodos em que arrastou existência precária e penosa e aqueles em que dispôs de mais desafogo e mais se impôs á simpatia generosa e devota dos fieis.

O amor que a esta confraria se votou foi grande em todos tempos da sua existência, mas é de crer que sômente depois de 1646 a inscrição como irmão lôsse procurada com verdadeiro ardor. O papa enriquecêra-a nesta data com um breve que distribuia as maiores recompensas espirituaes até ás mais meúdas obras meritórias dos confrades. Existem bem descreminadas essas graças e indulgências, cuja resenha daremos'adeante e que constituíam, para aquêle tempo de fé raiando pelo fanatismo, um inestimavel tezouro. Mas êsse fervor e entusiasmo que tão valiosas dedicações devia trazer-lhe, mais e mais atçados pelo brilho que ao seu culto trouxera a edificação das suas capelas, começaram a declinar e a arrefecer aí por 1770. Assim já desde 1771 deixaram de realizar-se os sufrágios pelos irmãos falecidos e começaram a suscitar-se questões que dificultavam a constituição das mêsas. Essas contendas agravaram-se a ponto de ser necessária a interferência do prelado da diocese em 1791 e as obras espirituaes preceituadas pelos estatutos continua-

ram abandonadas até 1826. Estes sintômas de decadência revelavam falta de confiança e zelo e prejudicaram muito a instituição. Em 1780 o tesouro da Irmandade corria muito á revelia, vendo-se a mês de então na necessidade de refazer o inventário e lançar um pouco de ordem na confusão que se viera estabelecendo. Os encargos materiaes em dívida, as obras paralisadas por falta de pagamento, os empreiteiros forçados a fazerem reclamações por intermédio dos poderes públicos, estavam na ordem do dia e assim se mantiveram por muitos anos ainda. Em 1802 tentou-se reagir de novo contra o descalabro em que tudo parecia querer afundar-se, mas só em 1825 é que surgiu gerência com envergadura para dar alento e vida á contraria que por milagre ainda se conservava e resistira a tanto desmando e desleixo, agravados de 1808 a 1827 pelos deploraveis acontecimentos politicos que tanta perturbação trouxeram a Portugal. Foi em 1802 que se veio ao conhecimento de que os encargos pios da Irmandade já se não cumpriam desde 15 de Outubro de 1771!

Em 1826 tudo se põe em dia. Reparou-se a falta havida com cêrca de 3.458 defuntos, sem os seus sufrágios! e ao público deram-se exemplos de zelo e honestidade administrativas até aí não presenceadas. Iniciava-se a gerência do P.<sup>o</sup> Frei Antonio de S. Jerónimo Ferreira, egrêso de grande competência e virtude. Restabelece-se a, ha muito,

desaparecida harmonia entre os confrades e confrarias, recupera-se a perdida confiança pública, os templos mal cuidados e desleixados asseiam-se e conservam-se, e solicitam-se de Roma novas graças em favor dos irmãos. Em 8 de Abril de 1842 um breve pontificio privilegia o altar mór do Calvário, outro o do Passo da igreja.

A devoção para com os mistérios da paixão reacende-se e revivesce, fortifica-se e dá aí os seus frutos ubérrimos em manifestações de fé e munificente piedade.

Mas Frei António morre, carregado de anos e virtudes, em 12 de Setembro de 1847 e o esplendor da Irmandade, animado pelo seu forte impulso, vem-se mantendo ainda até á gerência do P.<sup>o</sup> João de Oliveira Desealço. Porém, a partir de 1870 um mal terrível atinge o organismo da confraria.

A politica toma-a á sua conta, a vareira politica facciosa desse tempo. Ficou éla sendo então o árbitro dos seus destinos, fazendo e desfazendo mêsas a seu talante, dificultando e atribulando-lhe a existência. As assembleias eleitoraes em 5.<sup>a</sup> feira da Ascenção tornaram-se renhidas, as mêsas fôram julgadas auxiliares valiosos da vida partidária e eram disputadas com ardor. Cavaram-se cisões, constituiram-se partidos na Irmandade que ficou sendo alvo para os tiros da autoridade administrativa nas gerências que não tivessem a sua politica; o espirito de fé e religião

debandou, a devoção entibiu-se e arrefeceu. Os próprios recursos materiaes da confraria começaram a sumir-se por caúas misteriosas, não lhes valendo uma ou outra corporação administrativa honesta que no dobar dos anos acontecia surgir na ressaca da politica.

E assim depauperada de energias vitaes, desamparada de dedicações sinceras e desinteressadas, esteve prestes a afundar-se, quando algumas mêsas zelosas lhê acudiram, destacando-se muito a de 1901 a 1907.

Readquiriu novos alentos que muito lhe valeram e a ajudaram a vencer a crise que a todas as corporações cultuaes veio abrir a lei de 20 de Abril de 1911, chamada *Lei de Separação das igrejas do estado*.

Actualmente essas energias tendem a desaparecer; e assim não sei o que virá a ser dentro em pouco, dessa importantissima obra, se mão forte e amiga a não vem amparar e deter na sua bem marcada decadência, acelerada ultimamente pela grande falta de recursos.

Ovar, 1918.

M. L.

bibRIA

## Origem e estatutos

---

**N**A papelada, que temos compulsado, referente á vida desta instituição owarensê, sempre lêmos aqui e além, que a sua existência data de tempos muito anteriores á fundação do Condado da Feira (que é de 1452), e que a sua erecção fôra levada a efeito com o patrocínio dos Condes em dias já muito remotos, mas imprecisos. Daqui, desta constante tradição encontrada em papeis, que pertencêram ao arquivo, com datas dos séculos 17.º, 18.º e 19.º concluímos, que a irmandade dos Passos teve a sua instituição, canónica, legal, regular por intermédio dos Condes da Feira, mas já existia, como devoção antiga, no povo da nossa terra, revestindo um certo esplendor os seus actos de culto. <sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Em casa do sr. Dr. António Descalço, vimos um documento da segunda metade do século passado, pertencente ao espólio de livreria de seu tio, o P.º João Descalço, juiz da Irmandade de 1869—1871, no qual se dizia que a erecção se rea-



seria de admirar, que depois se sentissem, inflamados do mesmo ardôr da fé, levados a imita-la na sua pátria.

Pelos dados fornecidos á nossa curiosidade em tantos documentos, conjecturamos que a instituição canónica vem já do 3.<sup>o</sup> quartel do seculo 16.<sup>o</sup>, sendo fóra de dúvida que desde logo teve estatutos, que, todavía, se ignora onde páram. Nêles, quiçá, se encontrariam, sobre os primórdios da confraria, mais positivos esclarecimentos. Dizemos: talvez, porque os mais antigos que possuímos e datam de 11 de setembro de 1727 começam sêcamente pelo cap. 1.<sup>o</sup> que trata da eleição dos corpos gerentes! sem uma palavra sôbre a origem da instituição. Apenas o último cap. diz que fóra erecta a Irmandade sob a protecção dos Condes da Feira!...

Estes estatutos tem a sua história. Andaram perdidos desde 1809 e bem longe foram parar.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Do prefácio dos Estatutos de 1825: «Persuadidos os nossos maiores destas grandes verdades... instituíram nesta vila debaixo dos auspícios e aprovação do Ex.<sup>m</sup>º Prelado... esta illustre irmandade dos Passos de N. Senhor Jesus Christo que desde tempo quasi immemorial se acha erecta entre nós formando-lhe desde logo estatutos e leis providentes para o seu perfeito regimen; mas porque estes inteiramente se desencaminharam e perderam no anno de 1809 por occasião das invasões francôsas e porque por esta falta parece não só ter padecido a mesma Irmandade, mas até decaído do seu espirito: para obviar a sua inteira decadência, tomaram os actuaes officiaes, depu-

Em 1831 denunciou-lhe a existência em Canêdo (Feira) o Capitão Bernardo José da Silva Tavares. Por intermédio do nosso conterrâneo João Pinto Coelho de Azevêdo fôram logo entregues ao então juiz, P.<sup>e</sup> Frei António de S. Jerónimo Ferreira, por cujo zêlo, intervenção e actividade se enriqueceu o arquivo da confraria, alguns anos depois de sua morte descurado e reduzido a um montão de ruínas.

Acham-se êstes estatutos encadernados em carneira e escritos em bôa caligrafia antiga, abrindo cada cap. com maiúscula grande a côres, vendo-se uma ou outra adornada com desenhos bizarros sôbre motivos animais. Ao requerimento de confirmação por que principia o livro, segue-se um escudo com o Senhor dos Passos ao centro, desenho á pena com esta rubrica:—*Pinto fez*, e na immediata lê-se o frontispício: «Statutos da Irmandade dos Passos Çita nesta Igreja de S. Christovão Da Villa de Ovar, ano de 1727». Seguem-se-lhe 18 cap. e termina pela pedida confirmação, dada pelo vigário capitular, inquisidor apostólico, governador e provisor do Bispado, Dr. João Guêdes Coutinho.

---

tados e mais irmãos no fim assinados, o cuidado de fazer copiar novamente tudo aquilo que se sabia de alguns de seus capitulos e formando outros de novo por assim o pedirem as circunstâncias do tempo e da mesma Irmandade e pelo especial mandado de S. Ex.<sup>a</sup> Ill.<sup>m</sup>a na forma da sua Portaria de 27 de Fevereiro de 1823.

E' tradição que estes estatutos fôram reformados mais tarde, mas não ha certeza. Em 1825 fôram organisados outros, nos termos da nota atraz exarada. Póde por isso dizer-se que são novos ; e na verdade é essa a impressão que se tem confrontando-os com os de 1727. Conteem 28 cap. no penúltimo dos quaes vem a descrimanação das indulgências concedidas á confraria na Bula de Inocência X, em 1646. De 1825 para cá mais duas reformas se fizeram dêste documento: uma em 1885 e a última em 1912, em outubro, para o pôr agora de harmonia com a *Lei de Separação*. São os que vigóram.

# bibRIA

II

## Padroeiros

**T**EVE-OS sempre desde o seu início até 1834, e da mais distincta linhagem e fidalguia.

Patrocinada na sua origem pelo Conde da Feira, foi o mesmo titular o seu primeiro protector desde logo, e nos seus descendentes directos teve a Irmandade outros tantos padroeiros. Deste facto é-nos testemunho a acta da eleição efectuada ha 224 anos e que vamos transcrever do respectivo livro :

«Aos 20 dias do mês de Mayo de 1694 foi servido o Senhor Conde da Feyra, como protector da Irmandade dos Passos de Christo desta Igreja e freguezia de San Christovam da villa do Var a fazer a eleyção e eleger os officiaes que ham de servir este anno que vem e são os que abayxo se seguem com mais votos na fórma dos estatutos, de que mandou fazer este termo e eu Manuel Rodrigues, que fiz, subscrevi».

Mas este patrocínio passou. A Casa da Feira foi incorporada na do Infantado, (que era de 11 de agosto de 1654), em 1700 por falta de sucessão legítima na estirpe dos Pereira Forjazes, portadores desse título heráldico. Desde então ficou a confraria sob a égide dos Senhores Infantes que delegavam o seu valimento, tornando-o assim mais efectivo e directo, nos vigários de Ovar, como consta do seguinte documento: «Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sete centos outenta e seis, aos vinte e dois dias do mês de junho do dito anno na capella do Senhor dos Passos cituada na Igreja Matriz, desta mesma villa, onde se achavam presentes o Rv.<sup>o</sup> P.<sup>e</sup> Dionisio Dias Ruella, juiz actual desta Irmandade e com êle o tesoureiro della Manuel André Lopes e os mordomos Francisco José Teixeira de Pinho e Francisco Pereira, da Ruella; estando presente o Reverendo Senhor João de Sequeira Monterroso e Mello, vigario desta freguezia e protector emediato desta Irmandade

por ausência do Senhor D. João, Infante de Portugal, que Deus Guarde; pelos ditos officiaes foi dada posse aos novos eleitos, a saber: Juiz, o Reverendo P.<sup>o</sup> Manuel da Costa Mendes; escrivão, Salvador da Rocha Tavares Pereira Côrte Real; tezoureiro, Luiz Custódio Pereira, etc."

Como a casa do Infantado foi extinta e incorporada nos Próprios Nacionaes após o triunfo da causa liberal, que tambem trouxe a abolição dos padroados, ficou a Irmandade sem o alto patrocínio que desde o bérço a acompanhára e constitúe uma das suas mais nobres e desvanecedoras tradições.

# bibRIA

III

## As capelas primitivas

**N**ão foi de desfôgo e grandêsa logo desde o seu princípio a vida da Confraria. Não tinha mesmo capela própria para o exercicio do seu culto que nos primeiros tempos e ainda mais dum século mais tarde se efectuava na Igreja paroquial. Os oratórios dos Passos não existiram desde logo. Vieram, dobados muitos anos sobre o aparecimento da Irmandade. Os recursos não haviam de sobrar, depois de pagas as despêsas mais urgentes.

E então, por ocasião das grandes solenidades anuaes, a bôa vontade supria num esfôrço supremo a deficiência dos meios, para figurar no trajecto da procissão as scenas mais emotivas da Paixão. Ao longo da Rua da Amargura improvisavam-se templosinhos de madeira forrados a baeta e crepes, com as suas cortinas de correr, petrechos que cada ano se ía buscar e alugar ao Pôrto, donde logo se traziam armadores profissionaes.

Nessas humildes barracas falavam aos olhos do povo as scenas que precederam a tragédia do Gólgota, compostas de figuras armadas em varas de pinheirinhos trazidos da nascente mata do Covêlo, propriedade dos Condes da Feira, e cheias de còlmo que se revestia com fardas de estôpa grossa pintada. Estas figuras tinham pés, mãos e cabeça de escultura e seguravam-se nas suas atitudes, afixadas pelos pés a casqueiras presas horizontalmente ao chão.

Nêsses grupos sempre empolgantes pelos esgares e atitudes violentas ou ridículas em que eram propositadamente fixados, distinguia-se o soldado pretoriano com seu saio curto e carapuça de baiêta escarlata, <sup>1</sup> dos sacerdotes graves nas suas túnicas fartas e dos escribas e farizeus

---

<sup>1</sup> E' devido a este facto que em Ovar ainda hoje se diz dum individuo que use barrete vermelho: «Parece mesmo um judeu!»

envolvidos nos seus mantos compridos de baêta escura, empertigados em colarinhos altos e gravatas de papel. As túnicas rastejantes dos apóstolos e de Jesus eram de tafetã e o perfil melancólico e suave das santas mulheres aflorava sob grinaldas de transparente cambráia.

No *Passo do Senhor caído por terra*, então da *Oração no Hôrto*, num scenário de tons dôcemente alegres, com verduras campestres e panos de côr afogueada, no fundo, figurava-se ao expirar do derradeiro clarão do sol poente, o Monte das Oliveiras, onde Jesus orava prostrado, distante um pouco dos tres apóstolos Pedro, Thiago e João, adormecidos sôbre a relva. No ar, suspenso de uma fita, balanceava brandamente um calix, o calix da amargura, diante do qual Jesus parecia balbuciar em suprema agonia que o fez suar sangue em tal quantidade que lhe varou e ensopou a roupa e caiu sôbre a terra: «*Pai! se é possível faze que eu não beba este calix! Mas seja feita a tua vontade e não a minha!*» Um anjo de âzas brancas em cruz sobre as espáduas e uma suave e melancólica solicitude no rosto, tentava consola-lo no gesto de quem fôsse a ampara-lo nos braços. Ao lado brotava, dentre penedia e musgo, o jôrro de agua dum chafariz que ali se arranjava, para que nada faltasse a dar impressão de que se estava no Hôrto de Gethezemâni.

Na egreja armava-se uma prisão soturna, um

cárcere, de aspecto pesado com grades e porta tristonhas, e o pórtico onde Jesus fôra conduzido na ante-manhã da sua morte para ser acusado e sentenciado.

Estas e as demais capelas eram coisa digna de ver-se. Em cada uma delas erguia-se sobre um taburno de madeira, em regra trazida da estrumada ou Pinhal do Conde, um altar que se enfeitava caprichosamente com transparentes e rendas de prata. Mas a do Calvário sobrelhevava a todas pelo majestoso das suas linhas e o lugubre dos seus altos e amplos cortinados de baêta prêta.

Era aqui que finalisavam as procissões com o levantamento da cruz em que Christo ia agonisar e morrer, ou se abria a cova que devia guardar o seu corpo.

#### IV

### As capelas de pedra e cal

As capelas de pedra e cal fôram começadas a construir sómente em 1748 e estavam prontas de trolharia e talha em 1755. Para a sua edificação teve de recorrer-se ao auxilio dos poderes públicos, pedindo-se em seu beneficio o impôsto dum rial em cada quartilho de vinho

que se vendesse em Ovar e seu termo. A provisão régia que tal graça concede é de 1747. Devia existir no arquivo da Irmandade, mas levou sumisso ha muitos anos. Todavia encontra-se memoria dela nos livros que temos compulsado e pertenciam áquele tombo. O rial custeou não só as despesas da obra, mas tambem a compra de paramentos e alfáias de muito valor, em prata, sêda e ouro que ainda hoje existem em parte; e, com breves intervalos, correu até 1830 pelo menos. Disso encontramos nota nos livros supra referidos. Frei António de S. Jeronimo Ferreira escreveu á margem num deles em 1830: *ainda corre o rial dos Passos.*

Uma nota curiosa que devemos ferir nesta altura é a seguinte: até 1747 as mèsas da confraria eram compostas em regra de anónimos, presididos por um sacerdote; desde então, porém, os nomes mais graduados começam a figurar nessas corporações administrativas. Donde concluímos que a essa data se despertou nesta vila maior devoção e entusiasmo pelo culto dos *Passos*, entusiasmo e devoção que chegou ás camadas superiores da sociedade ovarense e explica perfeitamente o favoneamento da ideia de levantar na Rua da Amargura essa obra dispendiosa das capelas a pedra e cal.

Ignoramos quem fôsse o empreiteiro delas que deixaram desde logo muitissimo a desejar em elegância e solidez. E assim já em 1783 ti-

veram de sofrer uma reforma radical,<sup>1</sup> por se acharem muito arruinadas, como o refere a acta da eleição dêsse ano.

E' tambem desconhecido o autor da talha e escultura. A pintura e incarnaçào fôram obra de Antonio José Pintor, da visinha freguesia de Vallega, artista de fama que legou a sua familia o nome de Pintôr, por que é ainda hoje conhecida. A êsse artista intimou o provedor de Esgueira, a pedido da Mesa, em 1760,<sup>2</sup> que se esmerasse na decoraçào das capelas, a essa data e anos ainda depois, inconclusas interiormente.

O trabalho de pedreiro e trôlha estava pronto em 1755, como dito fica. Nêsse ano recebera a Mêsã entrega da obra, depois de a mandar victoriar e avaliar por dois peritos que foi «*procurar e buscar ao Pôrto*», um para a talha, outro para o restante. Foi então que se começou a substituir as figuras de còlmo por outras de escultura pintadas e estofadas, aproveitando-se das

<sup>1</sup> João Frederico afirma o contrário nas suas «Memorias e datas» escritas em 1868, mas os documentos que temos á vista falam bêm claro em abôno do que dizemos. Nem se percebe que uma obra solida e resistente se achasse escalavrada no cabo de 28 años. A reforma de 1783, ao fim de 136 años, está a desafiar ainda os séculos.

<sup>2</sup> A Provedoria de Esgueira foi extinta em 11 de abril de 1756, passando para Aveiro em 4 de novembro dêsse ano, onde ficou a servir o Provedor de Esgueira. Daqui o nome de provedor de Esgueira, quando era na realidade de Aveiro.

antigas as mãos, pés e cabeça. Durára esta reforma, iniciada em 1756, alguns anos, operára-se lentamente. Veiu a gastar-se em toda eia desde 1748, conta redonda, 30 contos de reis, incluindo compra de algumas alfaias.

Pômos fim a este capitulo com os nomes da Mêsá que geria a Irmandade quando se lançaram os alicerces das capelas e se lhes arranjam os indispensaveis auxilios para sua construção. Foi benemerente e tornou-se digna de que aqui se lhe dê logar. São : P.<sup>e</sup> Manuel de Rezende (do Outeiro), Fernando Pereira de Carvalho, Manoel Dias (do Outeiro), Manuel de Oliveira Gomes, Bernardo Gomes Fontela (do Areal das Ribas), Manuel de Almeida Tancero (da Praça), António de Oliveira Coelho (dos Campos), Dionisio de Oliveira Patóla, Francisco Rodrigues Aleixo (da Ribeira), Mateus Fernandes (da Ribeira), Manuel Rodrigues Treze (da Ruela), Francisco Rodrigues Lirio (da Ruela), Manuel Francisco Caramujeiro (da Ruela), Salvador Ferreira (de S. João) e José Marques (da Quinta, Guilhovai).

NÊSTE capítulo vamos transcrever o que a respeito da Irmandade dos Passos se encontra nas «Memorias e datas» do dr. João Frederico Teixeira de Pinho:

«A irmandade dos Santos Passos, escreve êsse autor, é assaz antiga e já dela fôram protectores os Condes da Feira. Não consta quando fôsse erecta, por se haverem extraviado os seus Estatutos primeiros, reformados em 11 de setembro de 1727 em cujo último artigo se lê o seguinte:

«—E porque esta Irmandade foi erigida com a protecção dos Condes da Feira, que de presente se acham extintos, no caso que pelo decurso do tempo tornem a haver na Casa da Feira, os Irmãos da Meza serão obrigados a oferecer á sua illustre protecção esta Irmandade na forma que era costume eleger para protectores dela aos sobreditos Condes; e isto no caso que haja Conde que assista no Castelo e casa da Feira, ficando sempre em seu vigor a forma da eleição, e o mais disposto nestes Estatutos.» — Este mesmo livro andou tambem perdido desde 1828 até 1831, indo parar ás mãos do Capitão Bernardo José da Silva Tavares, de Canêdo, que o restituiu prontamente ao arquivo. Fôram reformados se-

gunda vez estes Estatutos em 20 de Abril de 1825 e são os que *pro tempore* regem a Irmandade.

Constando a S. Santidade, Inocência x que na Igreja paroquial desta freguesia estava fundada uma grande e devota confraria com a denominação dos "Santos Passos de Christo" e nela entravam pessoas de qualquer sexo e qualidade que fôsem, praticando muitas obras de piedade, lhe concedeu indulgências para bem espirital das almas e progressivo aumento da dita confraria, por Bula aos 23 de Novembro de 1646.

Antigamente fazia-se a Procissão dos Passos de Cristo, sendo estes representados por figuras de palha em capelas portateis! . . . Parecendo isso indecente e irrisório a muitos devotos, tratou o Juiz da Irmandade P.<sup>o</sup> Manuel de Rezende, o te-zoureiro, Fernando Pereira de Carvalho e o escri-vão Manuel Dias, todos da Rua do Outeiro, de solicitar uma provisão régia para o lançamento dum real, em aumento do culto e melhoramen-tos da fábrica da Irmandade, no decorrer do ano de 1747: por este motivo fôram reeleitos. No ano immediato deu-se princípio a essa empresa gran-diosa, sendo o juiz outra vez reconduzido e no-meado para te-zoureiro António André Duarte, do Cruzeiro da Ruela e para escrivão Gaspar Ro-drigues de Carvalho, da Rua da Fonte, os quaes prosseguiram na obra com todo o empe-nho seu e utilidade déla, ficando alçada em 1756! O seu custo bem como o das alfaias riquissimas

que tinha a Irmandade, excedeu a 30 contos de reis. O rial continuou ainda por mais 8 anos para qualquer necessidade de reparação.

Das *alfaias riquissimas* que tinha a Irmandade, dissemos nós; porque o General Junot, logo que entrou em Lisbôa e se fez senhor do Reino, cuidou de roubar as pratas dos Templos, das Irmandades e Confrarias, levando daqui bôa porção de grande valor e merecimento. Este Commissário de *Napoleão* tinha proclamado aos portuguezes, fazendo-lhes a promessa inviolavel de os proteger; porém, logo degenerou em *latrocínio descarado* ou, como melhor diziam, em *protecção á franceza!*

Os *Passos* são notaveis por sua elegância e trabalhados por dentro com primor e magnificência. Os grupos de figuras, ao natural e de bôa escultura, mas um tanto caprichosa e desapropriada em algumas delas, levando-se o escultor da tradição mais vulgar em vez de atender aos costumes daquela época famosa, estudada á luz da história, que não é permitido violar em tão grave assunto, merecem o apreço que todos lhe dão.

As capelas saíram da primeira mão melhor ornamentadas, não se poupando os officiaes da Mêsá a nenhum trabalho, nem despêza, nesta obra que tanto enobrece a nossa terra e é testemunho indelevel da sua devoção e patriotismo. Pequenos intervalos de tempo causam, ás vezes,

grandes mudanças e deterioramentos; porquanto passados 43 anos foi já mister retoca-los, o que se fez com menos luzimento, apesar de se gastarem então quasi dois contos de reis!..

Presentemente estão deteriorados e por isso vão ser reformados, começando pela pintura que foi arrematada em 27 de Setembro do corrente ano de 1868 por Gabriel Pereira da Bela, de Ílhavo, mediante a quantia de 590\$000 reis, sendo seu fiador Francisco André de Oliveira, proprietário do Largo dos Campos.

O Calvário sobreléva a todas estas capelas e merece particular menção, sem mesmo considerar com vagaresa as perfeições que encerra. O seu aspecto é nobre e simples, e não tem o ar pesado e sombrio da maior parte dos nossos templos antigos, mostrando esculpido na face os emblemas do martirio. A porta principal é rasgada e airoza, tendo aos lados duas mais pequenas em perfeita correspondência. Por cima dela fica uma janela de bastante capacidade e bonito molde, por onde se derrama a luz da parte do meio dia. Em remate está arvorada a cruz sobre um glôbo, esse símbolo do sofrimento e de atracção para a humanidade.

Sobe-se ao Sanctuário por uma escadaria de pedra de cantaria lavrada, de 24 metros e 3 decímetros de extensão, assás larga, dividida em 6 lanços de 24 degraus com 8 avenidas lateraes correspondentes a 4 lanços sómente, terminando

em um grande patim semi-circular, onde está o vestibulo do templo, e ao presente orlada de ciprestes por uma e outra parte.

O Sanctuário é alterôso e não pequeno, pois mede 11 metros de comprimento sobre 6<sup>m</sup>,5 de pé direito afóra o raio da abobada, na base da qual, e por cima da fachada corrida, oferece duas janelas por banda, de forma ilítica. A capela-mór tem 5<sup>m</sup>,3, de fundo por 4<sup>m</sup>,5 de largo. É aí que está o Calvário, tendo na frente um altar, em cujo desvão se deposita o Christo môrto chamado em ocasião própria o «Senhor da tumba».

No Calvário ostenta-se a rica imagem de Jesus Crucificado entre dois salteadores, um á sua direita, outro á sua esquerda, sendo este o mau, que dêle blasfemava, dizendo: «*Se tu és Christo, salva-te a ti mesmo e a nós outros.*» Junto á cruz estão as duas Marias e o Discípulo Amado no meio dum grupo de 14 figuras alegóricas representando cada uma delas o seu papel neste auto dos evangelistas. Dois anjos de grande estatura, póstos, á entrada, completam este quadro majestôso.

Tem mais dois altares colateraes com bons retabulos dourados: no da parte esquerda está a imagem de S. Pedro, sobre uma peanha, tendo dum lado Santo Agostinho e do outro Santa Barbara; no da direita fica a imagem da Senhora da Soledade, em grande vulto, fechada dentro dum nicho de vidraça. No rôsto desta imagem perfeita

se divisa a mais viva expressão de angústia, como de quem tem o coração em lágrimas desfeito. Parece dizer ainda aos que o contemplam: «*Vêde se ha dôr igual á minha dôr.*»

Tambem estão junto dela colocadas as imagens da Senhora das Dôres e de Santa Tereza.

O Calvário tem duas sacristias, numa das quaes se guardavam os ricos paramentos e alfaias da Irmandade, e na outra se conserva ainda a cruz do descimento que ha muitos anos se não faz por ser proibido em capitulo de visita. Este belo edificio está alçado na capela de S. Pedro que já em 1692 se achava arruinada: daí vem chamar-se pelo nôme do seu titular.

Podemos dizer afoitamente que os Passos de Ovar não tem rival em terras portuguezas. No dia de sua solenidade reune-se nesta vila multidão de gentes; e antigamente se fazia uma grande feira, á qual concorriam muitos mercadôres do Porto."

Ao erudito investigador da história de Ovar escaparam alguns erros no resumo transcrito da história da Irmandade, como é facil verificar confrontando-o com o que temos dito e iremos dizendo nos cap.<sup>os</sup> seguintes, com documentos á vista.

## Obra artistica das capelas

NÃO será supérfluo que, depois do que acima fica, escrevâmos este capitulo.

As capelas em numero de sete, tiveram desde logo excelente pintura, mas não a elegância de linhas de hoje, que lhe veio da reforma iniciada pouco antes de 1783. As scenas, porém, nelas representadas de pouca correcção careceram e são no geral bem postas. A sevícia judaica aparece em todas elas com requinte de crueldade em volta da figura paciente e resignada de Jesus, que domina todo o auto na sua incarnação bíblica do homem da dôr, do vérme desprezível, do ser abjecto aos olhos da plebe desvairada, conforme o anunciaram as profecias e no-lo descrevem os evangelistas.

O artista foi por vezes feliz na escultura de Jesus, pondo-o aqui caído por terra com o cansaço e a aflicção estampada no rosto resignado, acolá marchando em atitude serena e digna no meio da turba-multa de soldados e fariseus, ostentando o porte nobre dess'outros dias felizes e aclamados de Jerusalém, em que a todos causava

assombro, ao dar vista aos cegos, fala aos mudos, ouvido aos surdos, pernas aos paralíticos, saúde aos enfermos, vida aos mortos; mais além, desfalecido, quasi de rastos, de frente pendida, como se o esmagasse mais que o pêso da cruz e os golpes dos açoites, a brutalidade e dura ingratição judáica.

Mas superior a toda a obra restante, a scena do Calvario em que se destaca como uma maravilha de escultura o *Christo Crucificado*. É um trabalho primoroso, duma correcção perfeitissima, na opinião dos entendidos.

As esculturas dos judeus são bastante exageradas na vida que o artista nelas pretendeu traduzir; parece que nêle houve a preocupação de atingir o grutesco nas formas, gestos e feições antipáticas dessas personagens, e conseguiu-o em muitas delas em que nos legou a vera effigie do que em gíria popular se chama um *judeu*. O povo não as vê nêsse contraste de criaturas sarcásticas e más à roda do manso Cordeiro, sem um vivo movimento de repulsa, traduzida muitas vezes por palavras e esbôços de ameaça, quando as capelas se abrem á sua admiração!

Outras imagens ha, como algumas das santas mulheres, no Passo de S. Thomé ou Filhas de Jerusalém, que nos apiédam pela expressão de dôr de seus róstos congestionados de sofrimento. Só lhes falta voz e soluços para nos traduzirem ao vivo a imensa amargura que lhes entu-

mesceu, com a abundância das lágrimas, olhos e faces.

A talha, em estilo rocóco, de que tanto se



LAVA PÉS—(retábulo do *Passo* da igreja)

usou e abusou nos séculos XVII e XVIII, é boa  
O entablamento assenta em colunas de ordem

coríntia. Cada uma das capelas tem, na base do monte, que serve de palco á scena do auto da paixão, o seu altar ladeado de dois anjos grandes com tocheiras na mão. Ali ha capacidade para se celebrar o santo sacrificio.

A do Calvário, para onde se sóbe por ampla escadaria em granito com largos patamares no tampo dos seus cinco lanços, é majestosa. A sua frontaria quasi toda de granito onde se abrem em alto relêvo os emblemas da paixão, é dum desenho bizarro. Tem tres altares, duas sacristias e dois púlpitos e é tambem paroquial, porque na reforma de 1783 entraram materiaes pertencentes á antiga capela de S. Pedro <sup>1</sup>. Mas a sacristia do norte é exclusivamente da Irmandade e o direito paroquial sóbre a capela não vái além da faculdade de lá realizar o pároco funções cultuaes. Sob o altar-mór, que é privilegiado, está a imagem jacente do Senhor Morto no seu camarim de frente envidraçada e no lateral simétrico com o de S. Pedro, vê-se tambem no seu nicho de vidraça a formosa imagem articulada da Senhora de Soledade. <sup>2</sup>

<sup>1</sup> O altar desta extinta capelinha empregou-se na de S. João onde se vê hoje em dia e se reconhece pela tiara que tem no remate do arco.

<sup>2</sup> Esta imagem veiu do Porto com seus adôrnos em 1783. Tem sofrido alguns retoques. A última vez que foi incarnada, foi em 1909 a expensas do sr. Antonio José Vila Chã Pinheiro, de Fão (Espozende) ao tempo aqui empregado na repartição de Fazenda.

A capela do Passo da Igreja é um primor d'arte. Toda éla se acha recoberta interiormente de magnífica escultura no estilo já referido. Na frente, sôbre a banquetta do altar, rasgam-se o lindo pórtico do Camarim do Senhor e dum e outro lado os nichos do *Senhor prêso á columna* e *Ecce Homo*, com suas colunas de capiteis coríntios e torcidos fustes, á maneira gótica. Nas paredes lateraes da capela admiram-se quatro grandes retábulos, duma execução perfeita: do lado da epistola o *Lava-pédes* e a *Ultima ceia*; do do evangelho a *Oração no horto* e o *Beijo de Judas*. É digno de vêr-se este passo, depois da sua restauração, em 1903.

## VII

## Culto externo

Foi sempre solenissimo e dos que mais interessante nota sempre deram nesta vila, quer se tratasse das suas imponentes festividades, quer do funeral e até sufragios dos irmãos defuntos.

Foi esta a primeira corporação religiosa ova-rense que começou a anunciar com sino próprio o falecimento de seus membros e a recomendarlos assim ás preces de toda a população. Um

homem, envergando uma opa rôxa ou um capêlo de serafina entretelado de holandilha de retroz, saía tocando uma campainha por toda a freguesia, a notificar o nome do irmão falecido e a hora do funeral. E' que era dos estatutos e é, a obrigação de todo o irmão resar por cada irmão que faleça, dez padre-nossos e dez ave-marias. Alem disso eram obrigados a assistir ao entêrro sob multa de 10 reis, applicaveis em missas por alma do finado e que os doridos tinham o direito de cobrar, os confrades do logar. De forma que havia o costume de, pouco antes do saimento se realizar, partirem da igreja o juiz de sôbre peliz e vara na mão, o secretário de opa roxa, hasteando a bandeira, ladeado por quatro irmãos com luzes e a tumba para transportar o cadaver. Quem dêstes, avisado, faltasse pagava cem reis para missas pelo defunto. O pároco ou seu representante não punha nunca o préstito em andamento, sem que chegasse em acto procissional a Irmandade e se incorporasse.

Nos ôficios anuaes tomava parte uma *música* com instrumentos de corda, fagote e oboé. Ha muito que essas obrigações caducaram e tudo ficou em desuso com detrimento do brilho do funeral dos irmãos e da maior gravidade e com-postura dos demais actos do culto. Emudeceu, proibida em 1912 pela autoridade administrativa, a mesma campainha, cujo fim era tão altamente respeitavel e caritativo.

As demais solenidades da confraria fôram sempre imponentes e ainda hoje o são apesar da decadência que ha muito as atingiu. Tentemos esboçar a sua silhueta antiga.

## VIII

## Solenidade dos Passos

A festa dos Passos é a festa patronal da Irmandade e primou-se antigamente em lhe dar a maior imponência. Nestas cercanias de algumas léguas não se fazia coisa igual. A concorrência de forasteiros foi sempre notavel e por toda a parte se espalhou a fama de grandiosa, desta festividade.

O préstito era majestoso, na verdade. Encorporava-se nêle tudo o que de mais distincto havia na vila. Todos os irmãos, sob pena de multa de 1 arrátel de cêra branca, eram obrigados a encorporar-se e o seu numero era avultadíssimo.<sup>1</sup> As figuras decorativas interessavam. Os anjos portadores de emblemas da paixão em pau preto e prata sobresaíam no cortejo pela alvura de suas grandes azas de cisne, pelos transparentes de

<sup>1</sup> Em 1830 ainda havia 1:800 irmãos.

cambraia e franções de ouro, com que os adoravam os armadores portuenses, para issô cá chamados com os seus guarda-roupas, e pelas suas belas cabeleiras postiças penteadas e encaçoladas a capricho. Descrevamos o préstito, conforme os rastos que dêle nos legam documentos e tradições.

Abria-o um homem, envergando uma ferragõila de estopa tingida de rôxo carmezi e tocando uma busina, para recordar que a sentença de morte proferida contra Jesus fôra anunciada ao som duma trombeta. Era o fagote.<sup>1</sup> Chegou até nós essa figura contumeliosa e ridícula que era o gáudio do rapazio e servia nos últimos tempos para lançar a nota da arruaça e desrespeito na dianteira da procissão. Seguia-se logo, á testa de duas fileiras de opas rôxas, o estandarte de gorgorão rôxo e franjas de prata com o lema em grandes letras bordadas a ouôro: **S. P. Q. R.** (*Senatus Populusque Romanus*) arfando, impellido pelo vento ponteiro do norte, no cimo de elevada haste de riga.<sup>2</sup> Ladeavam-no,

<sup>1</sup> Ainda hoje se chama aí «fagote» a pessoa que traça com garridice excessiva ou luxo desalinhado.

<sup>2</sup> Este pendão era levado por um homem muito valente. A festa «de passos» é sempre no principio da primavera, em que entre nós começam a soprar rispidas nortadas, sendo por isso necessário pulso firme e arcabeijo robusto para levar erguido o grande pendão. O condutor tinha por brio marchar

tomando-lhe as guias, quatro pessoas de representação social: 2 padres e 2 bachareis; figuravam o Clero, Nobreza e Povo. No centro marchavam, seguindo o estandarte, grande numero de anjos. Assim: Um grupo de 5 com uma bandeira, tendo a inscripção: *Angeli Pacis amare flebant*. Um levando um calix, figurando a *Oração no Horto*, ladeado por outros dois com ramos nas mãos, alegoria do *Jardim das Oliveiras*. Outro com a bôlsa dos trinta dinheiros, outro com a corda, outro com a espada, outro com a lanterna, outro com uma mão de ferro simbolizando a afronta do esbofeteamento de Jesus pelos algozes, outro com o feixe de varas da flagelação, outro com um galo, outro com a corôa de espinhos simbolizando o ludibrio e o escárnio, outro com a cana vêrde, outro com as letras *Ecce Homo*, outro com a sentença e em seguida a Verónica, simbolizando a mansidão, inocência e caridade, cantando: *Doleo super te, fili mi, Jesu decorus nimis et amabilis super amorem mulierum.*<sup>1</sup> Ante-

firme, sem ceder á ventania e com tal vigor que fizesse estalar a haste! Era da praxe partir uma ou duas varas: razão, porque ao lado do pendão seguia sempre outro homem com duas ou tres varas de prevenção. Estas eram de cedro ou riga. Nestas festividades hasteia-se o pendão em signal de gala e unto saliente de Justiça!

<sup>1</sup> Era feito este papel por um músico, rapaz, imberbe; por mais duma vez era um convidado, de Aveiro. Ainda em 1784, isso se deu.

cedia-a a cruz do cléro acompanhada de duas lanternas de prata e atraz seguia o tesoureiro com uma bem provida caixa de amêndoas que ia distribuindo aos anjinhos e alguns dos muitos penitentes, que, nos trajes mais exóticos e ares mais contrictos, se alinhavam na procissão. Vinha em seguida o rico andor levado por oito sacerdotes e ladeado por 4 lanternas, conduzindo a imagem do *Senhor de cruz ás costas*. Antecediam-no compactas alas de irmãos e no meio: Um grupo de anjos representando as santas mulheres (Maria Magdalena, Maria Thiago e Salomé), cantando o fredo: *Pupili facti sumus absque patre, mater nostra vidua*. Seguiam-no: um anjo levando o martelo, símbolo da ferocidade, outro os cravos, símbolo da eternidade, outro a esponja, símbolo da amargura, outro a lança, símbolo do insulto, mais dois com o sol e a lua velados de preto, para significar o eclipse que houve ao expirar Jesus. Vinha logo o cléro, numeroso, 30 a 40 padres,<sup>1</sup> na dianteira do pátio em damasco e ouro, trazido pela Mésa cessante, sob o qual o pároco ladeado de diácono e subdiácono revestidos de dalmaticas brancas e envergando riquíssimo pluvial tecido a séda e ouro, conduzia a cruz do Santo Lenho, joia de inestimável preço. Fechava o préstito a música, tocando instrumen-

<sup>1</sup> Os estatutos de 1727 estão assinados por 27 sacerdotes e 2 minoristas.

tos de corda e palhêta, e composta dum grupo pouco numeroso de amadores, como sempre os houve e muito distintos nesta vila, e o povo. Nada se poupava para imprimir á festividade de Passos o máximo esplendor: nem cancelas, nem dinheiro. Antes de se munir dos seus ricos paramentos (as capas, pálio, pendão e santo lenho são anteriores, já, a 1720), alugava-as a Irmandade. Assim: as dalmaticas á Confraria da Senhora da Cadaíña ou da Escravidade, erecta muito antes de 1720 na capela da Graça e á dos Clérigos ou de Nossa Senhora da Graça, de que eram irmãos sómente clérigos, de cá e de fóra. Era esta Confraria luzida e riquíssima, no tempo em que a N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Conceição se prestava na capela da Graça ruídozo culto com grandes romarias, em 8 de Dezembro e suas vésperas. As lanternas e padrões vinham de fóra até 1768. São deste ano as que possui a Irmandade, como já disse.

Esta procissão seguia o itinerario de hoje em dia.

## IX

## O Encontro

NA solenidade de Passos realisava-se quasi sempre, noutros tempos, a procissão do Encontro; e era esse número e cerimónia que mais intensamente emocionava o povo.

Saía a Senhora, em certa altura, da capela de S. Thomé e mais tarde da de Santo António, em pé no seu andor, num préstito muito distincto pela qualidade das pessoas que o formavam e dirigia-se para o *passo* do Encontro, na Rua da Amargura, chegando aí ao mesmo tempo que o andor dos Passos, que marchava em sentido oposto. Encontravam-se. O rosto da Virgem afoqueado de pranto na expressão da dôr mais acerba, ali em frente de seu Filho condenado á morte, a caminho do lugar do suplicio, de corda ao pescôço e cruz ás costas, como o peor facínora, de rosto pizado e banhado em sangue, era espectáculo sempre novo e emocionante, que desentranhava do coração do povo, ali apinhado, lágrimas quentes e soluços. Um padre, de ordinário um frade, destacava-se então daquela massa subindo a um púlpito portátil e perorava num ser-

mão sem exórdio, repintando em voz maguada o quadro das dôres da Mãe e Filho naquele transe supremo. O pranto repuxava logo mais intenso aos olhos dos ouvintes que adoravam aqueles momentos de dôr colectiva. Eles tinham o condão de, em vez de os intristecerem, encher de íntima e inefavel consolação.

Raro era o ano em que se não realisava a cerimónia do *Encontro* antigamente, como se a festividade dos *Passos*, sem ela, para nada prestasse. Mas já antes de expirar o seculo XVIII começára a cair em desuso e assim esteve até 1826. Daí para cá fez-se algumas vezes, e em certas épocas com maior assiduidade; mas afinal de ha vinte e tantos anos para cá só por acaso se ha efectuado uma ou outra vez, sendo a última em 1907.

## x

## O Descimento da Cruz

TAMBEM entre nós se realisava, á custa dos *Passos*, êsse auto sacro, que o espirito anedotico do nosso povo tanto epigramatisou, o que não admira, nem espanta. O *Descimento da Cruz* devia ser um quadro aparatoso e de efeito. Era o epílogo da tragédia imensa do Cal-

vário, o final dum drama emocinantíssimo, de que fatalmente havia de destoar; porque era geralmente representado por actores sem qualidades scenicas á altura do assunto, embora idos buscar ao Porto, como profissionaes destas representações. E assim a sua insuficiência havia de fazer descambar o trágico do drama no burlesco da farsa.

Representou-se aí antigamente, precedendo autorisação do Ordinario, depois que em capítulo de visita, foi proibido.<sup>1</sup> Os estatutos de 1825 determinavam que se não fizesse, por causa da despeza que devia ser muito grande, para o acto poder realisar-se com decência.

Armava-se na egreja um grande palco ou tablado, cujo fundo era um quadro, um *panneau*, da cidade de Jerusalem ao findar do crepúsculo da tarde; por cima a abobada celeste recamada de estrêlas. Em baixo o môrro do Calvário, onde se levantavam as cruces dos justicados e onde dias e dias ficavam seus corpos exângues expostos á voracidade das aves de rapina.

Nêsse palco, assim encenado, procedia-se ao *descimento*, em que trabalhavam trinta figurantes ou actores e ainda mais, com seu guarda-roupa apropriado.

O povo gostava destas representações, que,

---

<sup>1</sup> As «Constituições diocesanas» proibiam tambem representações teatraes nas egrejas ou seus adros.

se nem sempre edificavam, não deixavam nunca de o divertir. A última vez que se realizou este auto foi em 1828. Nêste ano reunia a Mêsá para pedir ao Bispo autorização para *“fazer o descimento da cruz como antigamente.”*

A cruz do descimento existiu até ha 7 anos, na sacristia do Calvário. Era preta, não macissa, feita de taboado e muito alta.

---

 XI

## O entêrro do Senhor

**A** PÓS o *descimento* seguia-se a parte final do auto: o entêrro do Senhor em que tomavam parte toda a assistencia e os actores. Como remate duma peça teatral, metia tôdas as figuras do palco com seus trajés característicos. Na frente o pendão deitado em funeral, levado por tres sacerdotes, antecedidos de duas grandes alas de irmãos com opas rôxas e vermelhas, empunhando tochas acesas. Ao centro e por ordem, soldados romanos, Abrahão com seu turbante de cambráia e manto patriarcal enfeitado com fitas de brilhante côr de púrpora, quatro anjos com a torquez e os cravos, quatro doutores da Lei; Isaac, Jacob, o sol, a lua, as trevas, Maria Magda-

lena, S. João Evangelista, os quatro profetas maiores, o Centurião, a Verónica Serafia etc. Fechava o préstito o esquife do Senhor Morto, conduzido por clérigos e os andores de N.<sup>a</sup> Senhora de Soledade e S. João Evangelista, o juiz ou pároco de batina e capa rica, música e povo. Findava o trajecto da procissão no Calvário, neste dia chamado o Hôrto, por ser o lugar onde Jesus ia ser sepultado. Rialmente a imagem do Senhor Morto passava ali do esquife para um caixão que era depois metido numa cova aberta no chão areento e mais tarde, quando se fizeram as capelas, sepultado na sacristia. Foi com certeza devido a este facto, que devia impressionar mal os estranhos, que por aí se disse e diz ainda hoje em ar de zombaria que *os vareiros enterraram o Senhor na areia!*

Tal era a ingenuidade desta procissão terminada <sup>1</sup> tanto ao sabôr dos nossos usos com a carne corrupta abandonada do sôpro da vida, ingenuidade sómente igualada pela fé d'êste povo, manifestada em obras que no-lo fazem vêr grande no sentimento do amor de Deus e da sua terra.

Esta solenidade está hoje reduzida á procissão simplissima de Sexta-Feira Santa, tão pobre de figuras alegóricas.

<sup>1</sup> «De abrir e tapar a cova na sacristia de S. Pedro para meter o caixão em Sexta-Feira Santa, 540 reis.» («Livro de Contas» de 1758, fl. 93, v.<sup>o</sup>.)

## Obras pias

ERAM importantísimas. Antigamente, se não desde a sua origem, pelo menos depois da reforma primária dos estatutos de 11 de setembro de 1727, cada irmão tinha um officio resado com seis padres e uma missa dita por cada um deles, dentro do anno de seu falecimento. Na segunda-feira de *Passos* e sexta da Ascensão celebrava-se, pelos irmãos e bemfeitores falecidos dentro do anno, um officio com 15 ou mais padres, em regra, todos os existentes na freguesia e uma missa por cada padre assistente; e cantava-se uma votiva applicada pelos irmãos e bemfeitores vivos.

Cada domingo lia o pároco, á estação da missa, a relação dos irmãos defuntos durante a semana, recomendando-os ás orações do povo.

Em 1825, averiguou-se que os sufrágios a cima indicados se não faziam já desde 1771; estavam, portanto, sem elles cerca de 3458 irmãos!... o que representava a verba enorme de 4.322\$500 reis!... A dívida tornava-se insolúvel

e a Irmandade pediu sanação dêsse encargo em aberto. O Santo Padre despachou a petição,<sup>1</sup> impondo que por todos êsses irmãos se dissessem 50 missas. Conseguido isso, a assembleia geral dos Irmãos resolveu que dorávante os encargos estatuaes ficassem sendo 5 missas por cada irmão. O mais ficou como estava. Mas em 1915 a Mêsã cessante entregou á sua sucessora uma lista de 129 irmãos falecidos, com os seus sufrágios em aberto! As razões alegadas fôram a carência de recursos! Atendendo a que tal falta não devia repetir-se, convocou a Mesa a assembleia geral dos irmãos, expoz-lhe a situação do tezouro da confraria e deliberou-se que as missas ficassem reduzidas a 2, os officios annuaes a um e as missas votivas cantadas a uma. Esta resolução foi

<sup>1</sup> Diz assim o Breve escrito nas costas do requerimento de comutação e sanação:

Attentis expositis et praesertim peculiáribus circumstantiis, oratores ab intro scriptis onéribus minime satisfactis, prout in précibus, pénitus absolvimus, liberamus et non molestari mandamus; injuncto iisdem introscriptae Sodalitatis administratáribus onere celebrationis missarum quinquaginta pro una vice tantum in expiationem animarum pro quibus missae celebrandae erant. Cúilibet omissioni et defectui de Ecclesiae Thezauro supplentes. Datum Romae ex Secretariae Decreto Fábricae Sancti Petri, die décima secunda júni millésimi octingentésimi vigésimi séxli.

Card. Capracane, secret.

(locum sigilli)

aprovada pelo snr. Bispo do Porto, D. António Barroso, em 20 de Junho de 1917.

III — Em 15 de junho de 1922 foi pedida sanação para as missas em dívida por aqueles irmãos falecidos, concedida logo em 7 de julho, pelo snr. Bispo do Porto com a condição de se mandarem resar por eles 10 missas.

IV — Além destas obras pias, tem a Irmandade de concorrer anualmente com uns tantos mil reis para assistência pública, obrigada por lei.

V — S. Santidade Inocencio X concedeu a esta irmandade muitas graças e indulgências, em bula de 23 de novembro de 1646. São como seguem:

1.º — Indulgência plenária no dia da entrada para irmão, confessando-se e comungando;

2.º — Indulgência plenária na hora da morte mediante a invocação com os lábios ou o coração, do Santo Nome de Jesus, no caso de não ter podido confessar-se e comungar;

3.º — Indulgência plenária, visitando a capela do *passo* da igreja no dia da Festa, de sol a sol ou outro oratório da Irmandade, com confissão e comunhão;

4.º — Sete anos de perdão e sete quarentenas ao irmão que, confessado e comungado, visitar as capelas ditas nos dias da Circuncisão, Passos, Espírito Santo e S. Christovão;

5.º — Sessenta dias de perdão ao irmão que ali assistir aos officios divinos;

6.º — Sessenta dias de perdão, se der pousada

a pobres, fizer vazes entre inimigos ou para isso de algum modo concorrer;

7.º — Sessenta dias de perdão ao que acompanhar o Ss. nas procissões, ou aos enfermos; ou não o podendo fazer, resar nessa occasião um padre nosso e uma ave Maria, ou resar 5 padre nossos e 5 ave Marias pelos irmãos defuntos;

8.º — Sessenta dias de perdão ao que acompanhar á sepultura quaesquer defuntos;

9.º — Sessenta dias de perdão ao que trazer ao caminho da virtude os mal encaminhadados;

10.º — Sessenta dias de perdão aos que ensinarem a doutrina Christã ou praticarem outros actos de caridade, como prestar auxilio ao próximo, etc.

Para se lucrarem todas estas indulgências deve tomar-se o Sumário da Bula da Cruzada, hoje Indulto Pontificio. A Bula de Inocencio X consta-me que existe, embora ilegivel em grande parte. Nunca a vi. Encontrei dela, porém, uma tradução antiga que vou transcrever:

## INOCENCIO P. P. X

AD PERPETUAM REI MEMORIAM

Tendo por noticia S. Santidade que, na parochial egreja de S. Cristovam na vila de Ovar, de Portugal, havia uma grande e devota confraria com a denominação dos *Santos Passos de Christo*

e nela entravam pessoas de qualquer sexo e qualidade que fôsem e faziam muitas obras de pie-



ULTIMA CEIA—(retábulo de Lissou da igreja)

dade, para que esta Confraria fôsse cada vez mais em aumento e bem espiritual das almas,

concede as indulgências seguintes: Confiado Sua Santidade na Misericórdia de Deus Omnipotente e na autoridade dos Santos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo concede indulgência plenária a toda a pessoa no dia em que entrar, confessando-se e comungando; — Como também a todos os confrades e irmãos desta Confraria que em artigo de morte, confessando-se comungando, invocarem o nome de Jesus ou não podendo confessar-se nem falar, o invocarem com o coração contrito. — A todos os confrades e irmãos, confessando-se e comungando, que visitarem a capela ou igreja ou oratório desta Confraria no principal, dia de festa, de sol a sol, e aí oferecerem algumas orações a Deus pela paz e concórdia entre os príncipes christãos e extirpação das heresias e exaltação da Santa Madre Igreja e fazendo isto devotamente em cada ano, concede indulgência plenária e remissão de todos os seus pecados. — Também a todos os confrades e irmãos que confessados e comungados visitarem a capela ou oratorio, como dito fica, em dia da Circumcisão do Senhor, Páscoa da Ressurreição, Espírito Santo e S. Christovão concede S. Santidade sete anos de perdão e sete quarentenas. A todos aqueles que assistirem aos officios divinos e missas na dita capela, igreja ou oratorio ou se acharem em congregações públicas ou particulares seja onde fôr, concede sessenta dias de perdão de pecados e de alguma penitência imposta na forma costumada.

mada da Igreja. — A todos os que dérem pouxada ao pobre, ou fizerem paz entre inimigos ou deram favor ou ajuda, concede sessenta dias de perdão. A'queles que acompanharem os corpos de defuntos, sejam ou não irmãos, até á sepultura, aos que acompanharem as procissões que se fazem com licença do ordinario, ou do Ss. ou o sagrado viatico aos enfermos ou, não podendo, resarem um padre nosso e uma ave Maria ao ouvirem tocar o sino annunciando a saída do sagrado viatico, concede sessenta dias de perdão e bem assim se rezar 5 padre nossos e 5 ave Marias pelas almas dos irmãos falecidos.

Aos que encaminharem os desencaminhados livrando-os do caminho da perdição e mostrando-lhe o de sua salvação, aos que ensinarem a doutrina cristã ou os preceitos de Deus ou qualquer obra de piedade e caridade, concede S. Santidade sessenta dias de perdão.

Todas estas graças e indulgências nomeadas quer sua Santidade que valham sempre em todo o tempo do mundo; e que, se houver alguma outra indulgência concedida nestes termos ou por tempo limitado concedida aos confrades e irmãos ou se fizerem as obras prescritas, diferentemente do que aqui se lhes manda, fica a concessão nula e de nenhum valor. E se esta confraria tiver anexa outra ou vier, por qualquer forma, a agregar-se a outra maior, essas graças ou quaesquer letras applicadas, não valham, nem



ratum existat. Praesenti in perpétuum valituro absque ulla Brevis expeditione. Datum Romae ex Sec.<sup>ria</sup> S. Congñis. Indulg.<sup>um</sup> die 8 aprilis 1842.

C. card. Capracane

Pref.

(Logar do selo)

O Breve para o altar do Calvario é da mesma data e concebido nos mesmos termos do antecedente. Temos também á vista o seu original latino. Um e outro fôram passados nos versos dos respectivos requerimentos feitos em latim: Daí não se nomear nêles o altar agraciado *que*, todavia, está nos termos: *praefatum altare e eodem*.

### XIII

## Esmolas, legados e ofertas

A PRINCIPAL fonte de receita fôram desde o principio, o aluguel do sino e alfaias, os anuaes dos irmãos, as multas, ha muito caídas em desuso, pagas pelos confrades que não compareciam nas solenidades ou recusavam cargos para que tivessem sido eleitos e mais modernamente os peditorios nas aldeias, no começo

do outono. Era isto, por assim dizer, a receita ordinária, certa quanto ás origens, mas variavel pelo numerário que rendia. Com ela se contava para fazer face ás despezas orçamentaes a realizar em festividades, sufragios e concertos. E nisso ia tôda, não dando sobras que se podessem amealhar, constituir em fundo de providência que chegou a ter de grande importância, mais tarde.

Começou este pé de meia por esmolas extraordinarias e avultadas, que no cofre da irmandade vinha depôr a devoção e a generosidade dos fieis. A elas se veio juntar o legado pio, concorrendo para que a vida da confraria fôsse em largo periodo de grande desafogo, criando assim fama, com proveito, de muito rica. Infelizmente quasi tudo se veio a perder em empréstimos mal caucionados, em demandas mal tentadas e até em cambalachos que levaram os devedores... de má fé a gerentes da confraria!...

Adiante.

A primeira oferta quantiosa de que temos conhecimento de haver caído no gozofilacio da Irmandade toi de 8.920 reis que em 1742 lhe remeteu do Brazil um irmão anónimo, que para lá fôra tentar fortuna. E' digna de memória a esmola, se atendermos ao valor da moeda nêsse tempo. O primeiro legado de que achamos noticia, foi o que lhe fez em 1775, em seu testamento, o reverendo Dr. Manuel Tomaz Figueiras, na importância de 20\$000.

A estas quantias veio juntar-se em 1780 a de 600\$000 reis que o pilôto-mor da Foz do Douro, Franciseo da Silva, veio depôr nas mãos da mêsã, voto certamente feito em perigo de naufragio á vista da nossa costa. Data propriamente dêste ano a existênciã de fundos da confraria. As somas que se puderam acumular, salvas das despêsas ordinárias, puzeram-se logo a juros e caprichou-se em as ir, quanto possivel, aumentando, o que nem sempre acontecia, antes pelo contrário, em virtude da facilidade com que se emprestava, etc.

Nos últimos anos alguns bemfeitores tem tido a confraria, merecendo figurar na cabeceira da lista Antonio Ferreira Meneres, da Rua Nova, hoje baptisada com os seus apelidos. Beneficiou muito a igreja paroquial e todas as confrarias nela instituidas. Na sacristia do nascente da capela do Calvário existe uma bôa tela com o seu retrato em meio corpo em tamanho natural, a óleo. Enverga uma opa rôxa e tem por baixo, a um lado: *«Ao insigne bemfeitor António Ferreira Menéres que dotou a igreja desta vila de Ovar com ricas alfáias. Faleceu nõ Pôrto a 21 de abril de 1860»*. A igreja propriamente dita deve-lhe, entre outros melhoramentos, o guarda-vento e o seu lindo presépio em barro e cortiça. Seu filho do mesmo nome dotou o côro do templo com um bom orgão. Ha nêle uma placa metálica em que se lê que fôra oferecido em 1862.

Vem depois Bernardo de Oliveira Manarte, que lhe legou uma terra lavradia na Várzea de Ovar, para ajudar ao douramento e restauração do *passo* da igreja; Maria Pinto Ramalhadeiro que lhe deixou 200\$000 reis; Antonio de Oliveira Soares e mulher Josefa Clara de Jesus Soares, da Ponte Nova que a contemplaram no seu seu testamento com 945\$000. Na capela do Calvário ha, no arco cruzeiro, uma lápide de mármore, que diz: «Antonio de Oliveira Soares e Josefa Clara de Jesus Soares, bemfeitores da Irmandade dos Passos. 1908».

Francisco da Fonseca Soares, do Bairro de S. Pedro, deu em 1887 um diadema de ouro a N.<sup>a</sup> Senhora, Maria Pereira da Graça, da Rua do Sobreiro, deixou-lhe um testamento o produto duma casa em Lisbôa. Vendida em hasta pública e pagas as despesas a que o legado ficara sugeito, levantaram-se 1.628\$390 reis. Essa mesma Senhora lhe legou um cordão de ouro e medalha com o pêso de 117,6<sup>5</sup>8 e um anel com pedras finas avaliado em 1922 em 150\$000 reis. Em 1917 por intermedio do juiz da Irmandade foi repintado o monte Calvário, em S. Pedro, gastando-se com isso 55\$000 reis. Outras dádivas tem tido ela, como aneis, pulseiras, brincos, colares e moedas de ouro.

## Os sinos

**E** antiquíssimo o chamado sino dos Passos. Já existia em 1720. Seu peso e dimensões eram então menores que actualmente.

Nas refundições a que se tem submetido nas diferentes épocas em que tem rachado, tem vindo sucessivamente aumentando no seu tamanho. Assim: em 1775 teve de ir ao forno por haver partido. Saiu do cadinho mais corpulento e com um companheiro mais pequeno, a *garrida*, que data desse ano. Em 1780 estava de novo fendido. Achava-se aqui o fundidor José Cagigal, que se encarregou de aqui mesmo proceder á refundição. Justará com a irmandade esse serviço e o de tirar e repô-lo na torre, por 54\$200 reis; mas a obra saiu má e teve de voltar ao cadinho. Nisto sofreu grande prejuizo o artista, a quem a Irmandade, por comiseração, deu, além do ajuste, mais 9.600 reis. Ficára agora um sino excelente e durou até 1865. Nêsse ano rachou e foi-se-lhe buscar remédio á oficina cantanedense de José Amaro Dias de Campos Senior, donde voltou aumentado em peso que ficou sendo de 500 kilos

e pela quantia de 199\$100 reis. Levou porca, feragens e badalo novos, tudo o que custou 13\$570. Foi guindado á torre por 6\$445 reis. Em 1918 tornou a rachar e, juntamente com a garrida quebrada em 1911, foi remetido á fundição de S. Bento, (Cucujães — Azemeis) do sr. José Gomes Brandão. Estavam prontos em Ovar a 25 de agosto de 1919. Pesados na Fábrica de Serração dos srs. Gomes & C.<sup>a</sup> acusaram 845 kilos ou sejam, mais que anteriormente 209,375.

O sino maior veio a ficar por isso, com 48 arrobas e 11 kilos e o outro com 7 arrobas e 9 kilos.

Fôram guindados aos respectivos campanários em 30 daquele mês. No dia 8 de setembro firmava o fundidor o seguinte documento: «Recebi da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos da vila de Ovar a quantia de 419\$000 reis, da refundição de dois sinos seus e aumento de pêso num dêles, e bem assim da preparação dos respectivos badalos, bronzes êsses que garanto a funcionar pelo praso dum ano, que começou em 3 do corrente. Ovar, 8 de setembro de 1918.

Pela fundição de sinos de S. Bento de Cucujães, o societário

(a) *José Gomes Brandão*.

Os sinos ficaram muito bons e deram desde logo excelente prova que o uso tem melhorado

e melhorará ainda muito. O maior era digno de figurar na torre duma catedral pelo seu tamanho e bem timbrada voz. Este tão satisfatório resultado deve-se, sem dúvida, á pericia bem comprovada e nunca desmentida em mais de trinta anos de probo e honrado trabalho do snr. José Gomes Brandão e á bôa qualidade do metal empregado: o dos próprios sinos a refundir e o do velho que a igreja possuía inutilizado na torre do lado do norte e a junta paroquial vendeu áquele senhor que o empregou nêles e *era ainda*, no dizer espirituoso e bem frisante do artista, *do tempo dos homens honrados*.

A despêsa com esta obra foi autorizada pela portaria ministerial n.º 2076 que o *Diário do Governo* publicou no seu número 239 — 1.ª série, de 24 — 11 — 919 e montou a 646.990 reis.

A garrida quebrára pela 1.ª vez em 1854, a 2.ª em 1911. Esta sineta conta um acidente grave na sua existência já longa: em 1783 desprendeu-se do campanário e veio acaçapar-se no telhado da igreja com risco de o furar e vir esbeçar-se cá em baixo de encontra aos bordos graníticos das sepulturas que tomavam todo o pavimento do templo até ha pouco (1921). Doze homens bastaram para a guindarem aos abandonados mancaes.

Em 1918 contratára a irmandade com a junta de paróquia a cedência áquele do velho e inuti-

lisado sino da torre do norte para refundir com os dois acima referidos.

Os acontecimentos de fevereiro do ano seguinte (restauração da república no Norte) levaram á mudança da junta e os seus novos membros, por acinte para com a Mêsá, negaram validade ao contracto celebrado pela cessante e por meio da politica obrigaram a Mêsá a ceder do seu direito, renunciando o contracto, sob ameaça de prisão, feita ao juiz dela pelo administrador do concelho, que mostrou ser homem sem escrúpulos, nem linha para exercer tal cargo.

Nunca na verdade, se viu que um contracto, celebrado conforme as leis, fôsse anulado á fôrça, pela autoridade administrativa, a pedido duma das partes, contra a vontade da outra! Estou mesmo em crêr que ovarense nenhum, gerindo o logar de administrador do concelho, se prestasse a praticar uma tal violência. Infelizmente, porém, o cavalheiro que aí desempenhava taes funções, sargento do 3.º bat. de inf. 24, era um extranho, creio que do concelho de Arouca. Deste acontecimento foi lavrada acta no livro competente da Irmandade, de que vamos fazer um extracto: «Aos 19 de março de 1919 reunia extraordinariamente a mesa da Irmandade e pelo juiz foi dito que no dia 17 lhe fôra intimada a sua comparência na Administração do Concelho pelo official respectivo onde tambem estava a junta de paróquia, ou da freguesia, como agora

se deve dizer<sup>1</sup>; que o administrador, sargento Vasconcelos, lhe ordenara que, sob pena de prisão! entregasse á junta, ali solenemente muda e senhora da sua decisiva influéncia sobre os destinos da terra e suas autoridades, o sino que fôra objecto do contrato entre ela e a Irmandade legalmente celebrado pouco antes; e que, como êle juiz respondêsse que não podia por si, sem consulta da Mesa, fazer a entrega do que era legitima pertença da Irmandade e só dela, foi-lhe respondido: «Pois tem o sr. um dia para deliberar e, entrega o sino até amanhã ou mando-o prender!». Ouvida esta comunicação, a mesa, cedendo á violencia que a esbulhava tão sumariamente, tão despoticamente de um seu direito, resolveu salvaguardar a liberdade do seu presidente e evitar que o sr. sargento perpetrasse por comissão mais um crime renunciando á propriedade do bronze. Assinam este termo, além do juiz, os srs. Amadeu Peixoto Pinto Leite, Manuel José de Oliveira Trindade, José Augusto da Cunha Lima,

<sup>1</sup> A «republica», para mostrar que nada queria com a «egreja», ordenou que se mudasse a esta corporação o seu nome para — «junta da freguesia». «Paróquia», vinha de pároco e isso soava mal na designação duma entidade colectiva que tanto não queria nada com padres que substituíra na sua presidência o «pároco», presidente nato, por um «leigo»! Afinal, «freguesia» vem de «filius ecclesiae» (filho da igreja) ou, segundo outros, de «filius gregis» (filho do rebanho cristão)! Como se vê, valeu a pena a alteração do nome!

Miguel Pereira da Fonseca Lopes, Anibal da Cunha Farraia e José de Oliveira Ramos".

O sino foi entregue á junta que logo o vendeu sem authorisação superior que era obrigada a pedir por se tratar da alienação dum objecto que valia e deu mais de 200\$000. Mas nem por isso a *meticulosa* corporação deixou de julgar agora válida a venda. . .

## O sacristão

**T**EVE-O a confraria desde muito cêdo; já os seus livros de 1700 falam nêle. Nem é isto coisa que mereça registo especial: tão luzida corporação, com tanto que administrar, é natural que tivesse os seus serviços ordinários e mais urgentes em mãos de empregado permanente; e os actos religiosos em que tinha de intervir a Irmandade com seus sinos, eram tão frequentes que o sacristão tornava-se uma necessidade imprescindivel. Havia mesmo tanto em que cuidar, tanto que zelar! Hoje, muitos dos cuidados dêsse humilde serventuário estão dispartidos por comissões de moças e senhoras que genero-

samente tomaram sôbre seus hombros o encargo de vigiar pelas capelas. A sua acção tem sido tão proficua e o seu zêlo tão acendrado que as tem levado mesmo a angariar meios de adquirirem alfaias de valor para adôrno dos templosinhos por ocasião das festas dos *Passos*. Bem hajam por tão nobre dedicação em prol duma obra digna de todo o auxilio e de que todos os ova-renses deviam orgulhar-se, já porque é um belo legado de nossos antepassados cheios de amor e interesse pelo engrandecimento das coisas da nossa terra, já porque se pôde julgar talvez sem rival no paiz.

Voltemos ao sacristão. Vem aqui falar-se dêle a propósito das questões levantadas e travadas á rôda do seu nome.

Em 1830 o da igreja quiz avocar a si todo o direito de tocar os sinos da Irmandade e cobrar os respectivos emolumentos. O dos *Passos* repontou, reclamou contra a usurpação do que sómente a êle pertencia e queixou-se á Mêsá. Esta, supesando a gravidade do esbulhamento, resolveu, em conferência de 20 de fevereiro, intimar terminantemente ao sacristão da igreja que d'oravante não puzesse mão na corda de seus sinos, e ficasse sabendo que para sinaes, officios, enterros, aniversários, procissões e ajuntamentos de Mêsá só o poderia fazer o seu colega da Irmandade ou pessoa por êle auctorisada; bem como a êle pertencia a cobrança dos costumados emo-

lumentos. Nada mais justo. Porém, a junta de paróquia sabedora dessa proibição, esteve para fazer questão; mas, como á frente da Irmandade estava a figura respeitavel e veneranda pela sua virtude e saber, do P.<sup>o</sup> Frei António, o facto passou em julgado e a resolução da Mêsá foi reconhecida como mui legitimamente tomada, sem mais novidade.

Algum tempo depois, em 1840, o sacristão da igreja voltou a intrometer-se no foque dos sinos da Irmandade. A Mêsá queixou-se, maguada, á junta que por carta do seu presidente, José Ferreira de Araujo, se desieiz em desculpas e prometeu que o abuso não voltaria a repetir-se; e que o sacristão transgressor, só em caso de grave necessidade pública, tocaria nos sinos da Irmandade.

Mas em 1851, quatro anos após o falecimento de Frei António, as coisas vinham seguindo nesta matéria caminho novo: o sacristão da Irmandade achava-se quasi impossibilitado e o da igreja substituia-o, accumulando serviços e emolumentos dos dois, sem escândalo de maior. Mas a 16 de abril resolve a Mêsá nomear para seu sineiro Francisco Maria de Carvalho e intimar pelo seu tezoureiro, Manoel Gomes Coentro, ao da igreja, que não tocasse mais á corda os sinos da Irmandade. O que fôste fazer! O sr. Manuel Tomaz Pereira irritou-se com a proibição e foi pedir providências á junta paroquial. No seu requeri-

mento de querela, para que o efeito fôsse mais seguro, alegava, que até o toque de *trindades* lhe fôra interdito! A junta caíu das nuvens! tocou a reunir e um pouco fôra de si, como que atordoada, resolveu dar-se por gravemente ofendida nas suas atribuições e delibera que o sineiro suplicante não consinta que outra pessoa vá tanger os sinos sem ordem desta junta, porque ainda que a Irmandade assistisse algum jus (o que se nega), ela tinha-o perdido pela prescrição de longuissimo tempo, fundada na bôa fé, cujo direito esta junta está resolvida a sustentar; e quando a Irmandade se julgasse ofendida, devêra recorrer a esta junta para se lhe deferir como fôsse de justiça".

Com este *espirro* da junta se cortava á Mêsá o direito de nomear sacristão-sineiro. O caso produziu aí grande impressão de escândalo e a Mêsá foi aos arames. Quiz, passando a vias do facto, tirar da junta um desfôrço que ficasse de lembrança. Não tinha o direito de usar quando quizesse do que era seu, dos seus sinos?! Veriam! Mas melhor aconselhada resolve seguir outro caminho: Bota-se para Aveiro a queixar-se ao Governador Civil. S. Ex.<sup>a</sup> lembra-lhe a mediação da Câmara: A Mêsá recorreu á Câmara Municipal, (alegando, com documentos que provavam o seu direito e juntando o officio da junta a contestar-lho atrevidamente): que a Irmandade de instituição imemorial, sempre estivera no

goso tranquilo do uso de seus sinos ; chamando extravagante e arbitraria arrogadora de attribuições imaginarias a deliberação da junta ; negando que se fivesse recusado ao sacristão da paróquia o toque dos seus sinos para as *trindades*, e outros serviços paroquiaes ; capitulando a junta de leviana nas suas decisões e recordando, finalmente, que estava no pleno direito, reconhecido por bons juristas, de se desfôrçar contra quem ousasse impedir-lhe o caminho para se servir do que era unicamente seu. Não o fizera : preferira dirigir-se ao Governador Civil do Districto que a mandou submeter-se á arbitragem da Câmara. Ali estava, pedindo obrigasse a junta a reformar a sua deliberação e a ter aberta e franca a porta da torre ao seu empregado, como sempre se viu e fez.

A Câmara limitou-se a remeter cópia do officio da Mêsá á junta, pedindo resposta dentro de 5 dias. Foi isto em 20 de junho de 1851. Em 25, em reunião conjunta da Câmara, junta e Irmandade, decidiu-se que esta ficasse no uso dos seus sinos ; e a questão parecia morta. Porém, dera-se apenas um compasso de espera. As hostilidades levantadas momentaneamente, iam recommear. A junta mudára daí a pouco e em 15 de janeiro de 1852 deliberou dar por illegal e nula a concordata da reunião conjunta. A Irmandade queixou-se logo ao senado, revoltando-se contra a falta de fé contratual das juntas ; e a câmara lan-

çou no seu requerimento o despacho de que a questão ficára resolvida em 25 de junho anterior e que o que então se concluíra e resolvera, estava de pé. Mas a junta mantinha-se intransigente. Então o administrador do concelho, chamado á báila, intima a junta a vir á sua presença em 7 de junho de 1853! e obrigou-a a reconhecer como válida e em pleno vigor o acôrdo tomado pela sua antecessora em 25/6/1851. A Mêsá apressou-se no entanto a immobilisar por meio de alçquete e sólidos ganchos o sino da Irmandade, desconfiando sempre da lialdade da corporação fabriqueira da paróquia. E desejando documentar-se para o que dêsse e viesse, requereu ao Administrador do Concelho que lhe mandasse passar cópia da portaria do Governador Civil de 27 de junho de 1853, ordenando que fôsse posto termo á questão dando-se á Mêsá entrada na torre por porta isolada do côrpo da igreja. Estava exercendo a Autoridade o Dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa que despachott: ter sido o assunto resolvido na sua presença em 7-7-1853 e pela resolução então tomada estava a junta, como se poderia ver pelo officio de confirmação que ela lhe mandára e se conservava na Administração do Concelho.

E assim terminou a questiúncula que tão dilatado eco feve, tantas paixões aí ateou e tão alto subiu!

Era presidente da junta o vigário Joaquim Se-

queira Monterroso e Mejo, falecido em 24 de agosto de 1853, e juiz da Irmandade o P.<sup>o</sup> Manuel Correia Lopes.

### XVI

## Capelania do Passo da Praça

**N**ão obstante haver em todos os passos altar com capacidade para nêle se dizer missa, somente se realisava o santo sacrificio nos do Calvário, da Igreja e da Praça. Este foi mesmo capelania. Falêmos dela.

Teve-a desde a construção da capela e fôra custeada pelo que se recolhia no prato do pedtório durante muitos annos. Porém, um dia o capelão, P.<sup>o</sup> António Verissimo de Souza Azevêdo, da R. dos Lavradores, desejando garantir melhor o seu pé de altar, tratou de conseguir e obteve por Provisão da Rainha D. Maria I, de 28 de julho de 1794, ordenado saído do cofre público, elãvado desde logo a 50\$000 reis. Foi-lhe fácil.

A capelania tinha a sua razão de ser na existência ali em frente, sob a Arcada dos Paços do Concelho, das câdeias da vila; e sua Magestade, que já noutras terras mostrara o seu zêlo de dama crente e religiosa, providenciando que aos prêsos

não faltasse meio de cumprirem o preceito dominical, não teve reluctância em aceder á justa petição daquêlê sacerdote e ordenou que do cabção das sizas saisse a paga da capelania. Anda provisão disto registada no livro da Câmara do ano de 1800 a fl. 63 v.º e dispõe textualmente. . . «Hei por bem permitir que pelos sobêjos das sizas da dita vila de Ovar se possa estabelecer anualmente o partido de 50\$000 reis para capelão que se obrigue a dizer missa aos domingos e dias santos aos prêsos da cadeia da vila na capela do Senhor dos Passos que se acha fronteira á mesma cadeia e concertar os telhados da dita capela, sôlho, fôrro, comprar á sua custa os paramentos de vestir o altar e clero,<sup>1</sup> depois que o uso os fizer indecentes e o com que foi estabelecido o ordenado do capelão actual dos prêsos da cadeia da Vila da Feira». Em seguida nomeia capelão o P.º Antonio Verissimo.

Ora o capelão da Vila da Feira tinha por dever compôr a capela, paramenta-la de todas as côres, dar cera, vinho e hóstia e fazer a festa ao padroeiro.

O P.º Verissimo, porém, nada fazia. Dizia a sua missa e recebia o seu ordenado. O resto da provisão era letra morta para êle. Pois não obs-

<sup>1</sup> Este «passo» tem ao lado do evangelho uma pequena «sacristia» onde o padre se paramentava.

tante isso, conseguiu sua Rev.<sup>a</sup> nova provisão de mais 50\$000 reis passada pelo Regente D. João VI, em 8 de junho de 1801, alegando gastar muito com os pesados encargos da primeira! <sup>1</sup> A capellania durou até 1893, data em que as cadeias mudaram provisoriamente para Pereira (Valega). A Irmandade teve renhida questão com este sacerdote, como passamos a expôr.

## XVII

## Questão com o capelão

## BIBLIA

EM 1825 a Mêsã dos Passos meteu o seguinte requerimento ao Juiz de Fôra, Dr. Vicente Nunes Cardôso:

«Dizem os Mesários da Irmandade do Senhor dos Passos que o Rev.<sup>o</sup> P.<sup>e</sup> António Verissimo de Souza, capelão dos prêsos se acha *usando dum calix* na missa que diz no Passo da Praça o qual é daquela Irmandade; e por isso que-

<sup>1</sup> «Obteve segunda provisão em 8-6-1801 com mais 50\$000 reis com o pretexto de ter feito grandes despêsas em paramentar a capela. Nada fez, nem gastou.

P. e Frei António de S. Jeronimo Ferreira».

(Do livro das «Conferências».)

rem-no, para dêle darem conta á mesma Irmandade; que *tambem o dito supplicado fecha aquele passo* e leva consigo a chave, *proibindo aos supplicantes ir a êle* quando fôr isso necessário, o que já não tem acontecido uma só vez, assim como sem dever *empresta* quando lhe *apraz a banqueta do altar; quando se não senta dentro do passo dando lição aos meninos e berrando com êles*, o que é muito usual; e portanto querem os supplicantes se cite o supplicado para dentro de 24 horas fazer entrega do calix, pena de ficar condenado em 28\$800 reis que muito bem vale por ser de prata grossa e dourado; para que ou deixe sempre a chave do *Passo* em casa de José Lopes, visinho dele, ou faça outra chave para entregar aos supplicantes e para que não mais lhe aconteça fazer empréstimo daquela banqueta e nem usar duma capela santa para dar lições a meninos ou *para conversações demoradas*, com a cominação de condenação por cada vez em 200\$000, metade para despesas da Relação e outra metade para aumento da mesma Irmandade do Senhor e porisso P. a Vossa Mercê se digue mandar que, distribuida, se cite o supplicado na forma requerida e cominação, no que receberá Mercê.

O P.<sup>o</sup> Azevêdo com o fim evidente de se escapular á responsabilidade das acusações dêsse requerimento-libelo que não podia rebater, limitou-se, na sua contestação, a dar por nula a cita-

ção, visto, como padre, não dever ser chamado ao fôro civil! como se se não tratasse de materia da competencia exclusiva do poder civil!... Porém, nada valeu o estratagema. A Mêsá, como tinha por seu lado a justiça, não receou invoca-la em qualquer parte que fôsse e chamou o delinquente ao tribunal eclesiástico. Ali se provou, afinal, a 3 de fevereiro de 1830, cinco anos volvidos sôbre a questão posta em juizo!... (taes fôram os *trucs* e embargos empregados pelo reu que era inteligente e audaz), o direito da Irmandade áquilo que reclamava, sendo proferida sentença cominatoria contra o padre. Ele, porém, apesar de vencido, não desarmou e, usando de artimanhas improficuas, tentou, em vão anular, o veredictum que o condenára, conseguindo apenas demorar a execução do despacho judicial. E assim sómente em 21 de julho de 1830 era lavrada a seguinte decisão: "Sem embargo dos embargos que regeitam por inconcludentes, cumpra-se a sentença embargada e pague o embargante as custas. Pôrto, 21 de julho de 1830. Oliveira — Vasconcelos — Valente".

Em 14 de outubro o escrivão intimou o cumprimento da sentença, no praso de 24 horas, ao reu que de custas pagou 14.424 reis!... Bons tempos!...

Fôram advogados de defêsa o Dr. João Pereira Zagalo e de accusação o Dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa.

Esta questão nasceu do capricho e por capricho se deixou ir até ao fim. Afinal dela saiu mal ferida a prosápia de saber e valor do P.<sup>o</sup> Verissimo...

## XVIII

## Bens e alfaia

POSSUIA esta confraria, desde tempos remotos, riquissimas alfaia em sêda, prata e ouro. Não foi, pois, o rial de água que trouxe toda a prosperidade aos seus guisamentos do culto.

As riquissimas capas de asperges, os seus opulentos pálios e guiões, a túnica do Senhor, Santo lenho, etc., são anteriores á provisão de 1747. Já existiam em 1724, mas as suas artísticas e custosas lanternas são muito posteriores, pois fôram adquiridas em 1767. Os seus dois pálios eram magníficos. O mais antigo, de sêda rôxa entretecida de ouro, deixaram-no acabar ha muito a servir de lastro num gavetão de paramentos! Os seus oito laços, tambem de sêda e ouro, sobreviveram-lhe algumas dezenas de anos, vindo a desaparecer, em data muito recente, não se sabe como! Eram de grande valor! O outro, com bor-

dadura alta em ouro existe ainda e é um pálio excelente.

Os seus estandartes, são de damasco, franjados a ouro fino, tendo o maior a guarnecer-lhe as pontas das hastes 3 pinhas de prata. Não são o pendão e aguião primitivos. Em 1746 um incêndio em casa do tezeureiro Manuel Tomaz Baptista devorou o pendão dos Passos! Salvou-se-lhe parte da prata das franjas e borlas, que, vendida, rendeu 8.470 reis. Por aqui se pôde avaliar um pouco o que era esse pendão. 8\$000 reis de então valiam bem 340\$000 reis de nossos dias.

E que diremos de seu pano de Damasco com galões de ouro de cobrir a tarima em dia de *Passos*, das riquíssimas manga da cruz, estola e capa de asperges tecidas de ouro, do seu veu de ló, com renda do precioso metal, de cobrir o Senhor no esquife em Sexta-feira Santa, pano de sêda rôxa muito antigo e notavel pelo entretecimento de ramagens de ouro que o brincavam, sanefas e franjas do mesmo valor e estimativa, veu de sêda rôxa, antiquissimo, com cercadura de renda de ouro que servia na condução do Santo lenho e de tantos outros objectos, jóias de subido preço, algumas já desaparecidas, outras deterioradas ou ainda em sofrivel estado?

Em talha possui esta confraria 4 bôas focheiras, grandes, de excelente lavor. Eram 6 e datam de 1778 ou suas proximidades; mas duas inutili-

saram-se com os maus tratos que lhes deu o uso que ás mesmas 4 restantes traz lastimosamente desbeaçadas e mutiladas. E' tambem um bom movel o seu esquite em pau prêto, construido nos meados do seculo 19.

As suas pratas, quasi tôdas adquiridas á custa do real dos *Passos* e posteriores a 1767, eram muitas e de grande valor, mas dizimaram-nas em 1809 os francêses, por occasião das invasões. Ficou memoria de muitas assim desaparecidas para saciar a cubiça de Junot. Fôram: seis lanternas eguaes ás existentes, com suas tres portas de cristal. Estas (as existentes) escaparam, segundo uns no fundo dum poço, segundo outros enteradas numa pilha de estrume. Um par de galhêtas, com sua prateirinha, um turibulo com navêta, seis jarras para os ciprestes dos andôres, quatro salvas de conduzir os emblemas da paixão nas procissões, uma cruz procissional sem Christo, o cômto duma lança e a haste da esponja.

Conservam-se ainda as 6 lanternas escapadas á pirataria francesa, um calix com bons lavores em relêvo, outro liso, vários emblemas da paixão, como um titulo antiquíssimo em latim, hebraico e grego, quatro travessões do santo sudário e verónica, um diadema de ouro de Nossa Senhora, cordões, aneis, pulseiras, brincos tambem de ouro, e a antiquíssima cruz do Santo Lenho

com 34 gemas finas embutidas, segurando outras tantas reliquias sagradas. Foi oferta dos Condes da Feira. Etc.

Todas estas valiosas allâias metálicas eram guardadas sob chave do tezeureiro no armário, em tempo existente na Sacristia do Senhor (na igreja), propriedade das confrarias dos Passos, Rosário e Santíssimo, pegado á parêde, por detrás do altar do Senhor da Agonia; os paramentos ficavam nos trez gavetões que a Irmandade tem no arcaz dessa sacristia e ainda no do Calvário, sacristia do Norte. Em virtude de ser a sacristia do Senhor sede de tão rico tezeouro, a sua unica porta que dá para o interior do templo, foi reforçada internamente com uma fortíssima grade de ferro, como ainda hoje em dia se pode ver, e multiplicado o numero de seus gonzos. A outra porta que ao presente tem para o lado de fóra, é de recente data. Em 1780 construiu a Irmandade um cofre-forte em cedro, muito abitolado. Era uma caixa rectangular de meiro e meio de comprido, com trez chaves e 5 braçadeiras de ferro a envolve-la tôda transversalmente, munidas de charneira nas juntas da tampa, para que esta se pudesse abrir e fechar. Destinava-se a recolher os dinheiros do real dos *passos*. Estava em casa do tezeureiro e abria-a a Mêsá ou esta

e o Provedor da da Comarca. Depois de 1850 passou a guardar-se no Calvário, onde a fui encontrar em 1916, sob o monte, completamente deteriorada em virtude da humidade que lhe comunicou a terra em que tantos anos esteve ao abandono. Custara 5\$995 reis!...

O armário da sacristia do Senhor teve também a mesma sorte: apodreceu com a convivência do mais imperdoável desleixo de quem tinha obrigação de reparar os telhados dessa importante dependência do templo e deixou que durante anos lá chovesse dentro, como na rua, com prejuízo de todo o mobiliário e até do altar do Senhor da Agonia e capela do *pisso* que alcançaram tortulho com risco eminente de se perderem totalmente!... Os reparos que se fizeram em 1914 já não obstaram que se estragasse o grande arcaz de pau preto e castanho com trez ordens de gavetões, corrido ao longo de toda a parede lateral poente, o qual foi quasi completamente devorado pelo tortulho.

## Reformas

EM diversas épocas e por diferentes vezes se se tem procedido a obras de restauração nas capelas e imagens dos Passos, mas não certamente com aquella freqüência e oportunidade, ora por desleixo, quer por falta de recursos, que se requeriam, razão por que muitas coisas, e algumas de valor, se tem irremediavelmente deteriorado e perdido.

Bem cêdo houve precisão de concertos e reformas. Apontaremos as mais importantes de que achâmos rastro e tivemos conhecimento.

As capelas acabadas em 1755 estavam definitivamente fechadas somente em 1757. Poís já em 1760, quando ainda se procedia á sua decoração interna, as portas levavam concertos; e em 1783 substituíram-nas por outras novas. Por estarem rôtas? Nêsse ano os templozinhos já muito arruinados pela sua má construção e o terremoto de 1755 que nelas abriu fendas e produziu derrocadas, sofreram, á custa do real de água, obtido por nova provisão régia, reforma tão profunda que foi até lhes modificar os próprios portaes, e

frontispícios, rompendo-os e elevando-os mais e dando assim aos edificios mais elegância. Confiou-se toda essa empreza ao mestre de obras de S. João da Madeira, Francisco Rodrigues Ferreira, mediante arrematação em hasta pública. Votaram estas importantes obras até 1790, devido a atrasos no seu andamento, por motivos de se não cumprirem devidamente as cláusulas do contracto quanto aos prazos de pagamento, que o arrematante se via obrigado a demandar judicialmente e tambem a avarias que por uma vez o temporal e por outra uma faísca causaram no Calvário, derruindo em fevereiro de 1788 parte do frontispicio *que se acabara de construir*, e desmanchando o telhado. E' interessante a seguinte informação mandada pela mēsa ao Provedor de Aveiro e que se refere a esses acontecimentos e atrasos: Fôra pedida pelo destinatario no despacho dum requerimento do empreiteiro: — "Em cumprimento do despacho do Il.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Provedor, se nos oferece dizer, que o supplicante arrematou a *obra e reparos* da capela do Calvário com as condições que hão de constar da escritura da arrematação; e igualmente que o frontispicio da dita capela *estando concluido*, succedeu que por uma vez com um rijo vento caíra a travessa da cruz para cima do telhado, fazendo nêle algum estrago e por outra caíu um ráio que arruinou o pedestal da dita cruz e alguma parte do frontispicio. E' quanto podemos

informar: Hoje, 2 de maio de 1788. Eu João Antonio da Rocha Valente Pereira Côrte Real escrivão da Irmandade o escrevi e assinei». «Declaramos que a dita ruina aconteceu a 20 e tantos de fevereiro próximo passado. O auto da arrematação marcará se está ou não fóra do tempo da sua obrigação».

O seguinte requerimento mostra a dificuldade de pagamento com que a mêsá cooperava no atrazo da reforma: «Diz Francisco Rodrigues Ferreira, da freguesia de S. João da Madeira, arrematante da obra dos Passos da vila de Ovar, desta Provedoria que ele tem vencido o segundo pagamento, segundo as cláusulas da escritura e termos em que se acha a mesma obra, como podem informar o juiz e mais officiaes da mesma confraria; por cuja razão Pede a Vc.<sup>mce</sup>, seja servido mandar-lhe passar mandado de levantamento do seu 2.<sup>o</sup> pagamento, que é de 200\$000 reis. R. M.<sup>ca</sup>». Este requerimento teve o seguinte despacho: «Com resposta do juiz e irmãos e informação do escrivão deste juizo, torne Cunha». A mêsá respondeu que nada podia dizer sobre a matéria, visto ser recente a sua posse e não ter á mão o auto da arrematação, que estava na Provedoria e conclúe que é «certo que as mesmas obras fôram arrematadas ha tempo e que estão paradas com notavel dano e escândalo».

No primeiro documento transcrito fala-se em *obras e reparos* da Capela do Calvário. São

realmente duas coisas distinctas que ali se fazem agora: a escadaria e reforma do templo. O auto da arrematação d'esses trabalhos é de 1780. Em 1790 procedeu-se ao remate dessa reforma: a decoração interna das capelas sobre o rebôco fresco, e a pintura e incarnação das imagens e figuras. Foi arrematante o nosso conterrâneo Manuel Pereira da Cunha Zagalo, na Provedoria de Esqueira, após anúncio de concurso por edital afixado no Pelourinho, então existente no terreiro dos Paços do Concelho. Acorreram á praça os artistas António de Pinho da Fonseca, que se ofereceu a fazer o trabalho por menos 2 terços, e Manuel José da Cunha e outros que baixaram ainda mais 200\$000! Pois, não obstante isso, teve a preferência o lanço puxado de Cunha Zagalo. Mas a obra não ficou perfeita; e assim em 1799 teve de ser restaurada toda a decoração, e pintura e incarnação. O empreiteiro foi agora o Aveirense Manuel Joaquim da Maia que por 1.990\$000 reis a arrematou em Salreu, Rua do Souto, aonde viera o Provedor de Aveiro. As condições para este trabalho haviam sido elaboradas por Manuel Pereira da Cunha Zagalo, concorrente á praça, pelas quaes exigiu 15\$400 reis. Duraram estas obras, mercê de largos interregnos, até 1817 em que ficaram concluídas, já depois da morte do empreiteiro Maia, quando o praso marcado no contracto era de 2 anos...

Na arrematação desta] pintura o] primeiro

lanço, do autor das condições, foi de 8.800\$000 reis! Enquanto se procedia á execução, ocorreu a necessidade de reparar os telhados do Passo de S. Thomé que metiam água. Outros levaram banquetas de castiças e crucifixos e fizeram-se *«trez panos de linho para vestir as parêdes e tecto do passo que se forma na Igreja para fazer o calvário, pintados com augadas de cola a fingir a cidade de Jerusalem, arvorêdos, ares e algumas figuras, com a propriedade condecente áquele logar, á imitação do Camarim da capela do Calvário»*.

Em 1869, voltou-se á obra de pintura e encarnação, arrematada por Tomaz Ferreira da Bela, de Ilhavo. Dura ainda na sua quasi totalidade, embora muito carecida de restauração.

Em 1903 realisoou-se a restauração e douramento da capela do *passo* da egreja, o mais belo pedacinho de arte de toda a obra dos *Passos*. Para fazer face a essa despeza teve de vender-se a terra da Várzea, para êsse fim legada á Irmandade por Bernardo de Oliveira Manarte, da Rua das Figueiras. Foi pedida autorisação de venda, que se realisou em hasta pública em Aveiro. Daqui correu á praça gente, uns com o fim de fazerem *render* o prédio em beneficio da confraria, outros com o desejo de o comprarem em bom preço. O que é certo é que as coisas se passaram lá de tal fórma, houve tal cambalacho e conlúio que o maior lanço foi de 402\$000 reis, e a

terra foi entregue, diz-se, que por pouco mais da metade do seu valor!

Converteteu-se essa soma em inscrições do valor nominal dum conto de reis que, entregues á Irmandade, fôram vendidas por 391\$000 reis. A esta soma juntou-se mais o legado de 200\$000 reis de Maria Pinto Ramalhadeiro, da Rua da Praça, o produto duma subscrição pública de 337\$760 reis, uma restituição, á última hora, de 64\$000 reis e mais diversas parcelas, no total de 73\$240 reis, o que per fez a importância de 1.066\$000 reis. E em 5 de março foi entregue, por arrematação, a obra a João Thomaz Ferreira, de Penafiel, por 500\$000 reis, apesar de ter sido orçada em 1.350\$000! Ficou por fiador o negociante, sr. Francisco Peixoto Pinto Ferreira, desta vila. No decurso do trabalho houve necessidade de abrir uma clarabóia no tecto da capela, que custou 300\$000 reis. Ficou toda a obra, pois, em 800\$000 reis e o *passo* com o seu telhado marselhês e o realce da sua arte iluminado por bôa luz. A 25 de Dezembro foi aberta ao culto, depois de benzida. Houve *Te Deum* e sermão pelo sr. P.<sup>o</sup> Julião Valente Figueira, de Avanca. Ficou-se devendo esta reforma á iniciativa dos srs. P.<sup>o</sup> Antonio Dias Borges, Antonio de Oliveira Pinto e dum modo especial do sr. Manuel Rodrigues Valente que desde criança, confôrme seu próprio testemunho, alimentára o sonho da restauração daquele *Passo* que sempre ouvira gabar

a seu tio P.<sup>o</sup> Manuel Rodrigues Valente, ha muito já falecido.

Em 1905, a 23 de julho, a mesma benemérita mēsa entregou por 299\$000 reis ao mestre de obras de Souto (Feira), José Francisco Ribeiro, o concerto das portas de todos os *passos*, abrindo-se-lhes portinholas ou portas de serviço. Foi um concôrto de monta autorizado por portaria de 8 de maio dēsse ano.

Em 1916 fôram novamente pintadas e reparadas e restaurou se a pintura do Monte Calvário, capela de S. Pedro, no respeitante a parêdes e abobada; em 1922 nova pintura das portas se fez, gastando-se cēca de 500\$000 reis. Em 1829 haviam sido feitas novas as dos *passos* de S. Thomé, Hôrto e Rua da Fonte e restauradas e pintadas as dos restantes. Eguais reparos se lhes fizeram em 1841 e 1869.

Os concertos mais importantes dos telhados fôram os de 1761, destruidos antes em parte por um tremor de terra; em 1788, estilhaçados pelo temporal; em 1802 em que fôram feitos de novo, bem como em 1868. Em 1908 foi-lhes substituída a telha vã por marselhesa, menos nas sacristias do Calvário, que ainda teem a antiga.

## Escadaria do Calvário

**E**, de 1782. Nêste ano e pela primeira vez foi inscrita verba nos livros de contas da Irmandade para que fôsem varridas e limpas.

Elas fôram pelo menos concluidas em 1782 e foi obra do mestre Francisco Rodrigues Ferreira.

A escadaria está edificada em terreno cedido á Irmandade pelo Padre Manuel da Costa Mendes. Ao fundo ficava a antiga e arruinada capela de S. Pedro, então demolida. E' portanto da Irmandade todo o Monte do Calvário, e não municipal, como erradamente pretendia, em 1919, a Camara Municipal que chegou a anunciar a venda dos ciprestes que o sombreavam. Afinal reconsiderou em face da reclamação do presidente da Mêsá a quem, todavia, impoz que os mandasse cortar por serem «arvores tristonhas e inestéticas!»

Não foi a primeira vez que á Irmandade se reconheceu o domínio do referido largo e escadaria. Já em 1833 o mesmo lhe foi atribuído em juizo. Ha muito que se havia introduzido o abuso de ali irem secar e malhar milho os moradores

do Bairro de S. Pedro e vizinhanças, bem como o de secar e córar roupas em cordas tecidas nas pirâmides. A deterioração que daí resultava para a obra da escadaria era evidente: aluía-se tudo e quebrava-se tudo, além de que contra toda a conveniência, se convertia aquilo em eira e córadoiro publicos! Então a mêsa requereu ás justicas da vila, incarnadas na sua expressão suprema, no juiz de Fóra, pois éramos apenas um julgado, que proferissem uma «sentença de Cominatório» contra os delinquentes, multando, quem daí em diante reincidisse no abuso, em 6.000 reis para o Concelho e 30 dias de cadeia, sem prejuizo de procedimento criminal ulterior. Dizia o requerimento (que temos á vista bem como a sentença) que a Irmandade dos Passos era «inteiramente senhora e administradóra daquela obra tão brilhante, sem que o povo ou os suplicados tivessem ali outro algum direito senão entrar e sair, ver e respeitar.» O juiz, observadas as formalidades do estilo, como citações, pregões, etc., proferiu a seguinte sentença: «Julgo cominada a pena declarada na petição folhas duas, que mando se cumpra como nela se contém: paguem os auctores as custas. Ovar, trinta de janeiro de mil oito centos e trinta e trez (1833). (a) António José de Souza Pinto Basto.»

Os ciprestes haviam sido plantados em 1868 e condiziam perfeitamente com o sentido que ao

logar deu a designação e obra do Calvário. No orçamento aprovado pela autoridade civil para 1869-1870, lê-se o seguinte mandado n.º 18: "O juiz da Irmandade dos Passos desta vila, Rev.º Padre João de Oliveira Descalço, mando ao tecedor da mesma Irmandade António de Oliveira Lopes pague a Manuel Rodrigues da Graça Capôto, encarregado da régua dos Assiprestes do Calvario a quantia de 1.205 reis que tem gasto com os mesmos, cobrando recibo de satisfeito para os efeitos legaes. Ovar, 2 de maio de 1870. O juiz da Ir.ª Padre João de Oliveira Descalço."

Os ciprestes foram alienados em 1919. No ano seguinte plantou a Irmandade em seu lugar arvores de folha caduca, fornecidas pela Câmara, mas nem uma só vingou. Explica-se isso: eram fracos esses exemplares, mas bons que fôsem, á vizinhança era dispensavel ali semelhante adorno! E assim o monte Calvário ficou e está completamente nu e desabrigado.

## XXI

## Sua vida de relação

NEM sempre viveu em paz com as suas congêneres associações de culto e corporações públicas, nem ainda mesmo com aquelas a quem a ligavam relações mutualistas. Apenas esta Irmandade pôde organizar seus fundos de reserva, imediatamente os tratou de explorar, emprestando a juro. Daqui nasceram, a revêzes, questões e demandas que levavam ao dispêndio inútil de muito dinheiro, tempo e energia, pois vinham as mais das vezes, êsses laboriosos litígios, a morrer em concordatas, quasi sempre desfavoráveis aos interêsses da Irmandade. Mas deixemos o relato destas contendias que, todavia, tinham o condão de despertar viva curiosidade no nosso meio, principalmente quando se demandavam pessoas de categoria, como a familia do Dr. Diogo Leite Cabral Tavares, de Sanfins; João António de Souza Paulino, irmão do Abadé de Ovar Manuel de Souza Paulino; familia do General Manuel Maria Colmeeiro; a viuva de Salvador da Rocha Tavares Pereira Corte Real; etc., etc.; e digâmos do viver da

confraria com outras corporações civis e religiosas.

A reciprocidade de favores que as irmandades, por um bem compreendido dever de caridade e religião, costumam manter, trouxe muita vez grave prejuizo e desassocêgo aos *Passos*.

Assim, com a das *Almas* teve de defrontar-se nos tribunais, perdendo a questão. Fôra o caso dessa confraria querer continuar a servir-se em 1808 do sino dos *Passos*, de graça e como coisa sua, no seu aniversário. Negou-lhe tal faculdade a legitima possuidora e proprietária. Resultado: foi chamada ao tribunal; e, porque já de muito antes, a autora usava do sino no seu aniversário gratuitamente, valeu-lhe a alegada prescrição, para que uma tal regalia e favôr lhe fôsse agora volvida num direito. Veiu a causar isso o descuido das gerências passadas. Havia o velho costume de nada ceder por empréstimo gratuito, nos hábitos das mêsas, sem que o pretendente o solicitasse por escrito, declarando ser mero favor o que pedia; mas foi abliterado por muitos anos em relação á confraria das *Almas* e êsse desmazêlo deu depois prejuizo e grande desgosto.

E' interessante o requerimento que em 1870 á Mesa dirigiu a *Ordem Terceira*, pelo cuidado nêle posto em não provocar suspeitas de intenções reservadas — o que se explica, sabendo-se que anteriormente a *Irmandade* e *Ordem* viveram em más relações, a espaços, e se defronta-

ram uma vez no tribunal por causa da questão de *força velha*, qualquer coisa parecida com prescrição alegada pela *Ordem* e negada pelos *Passos* quanto ao uso gratuito por aquela, de alfaias desta Irmandade.

O deferimento dessa petição iniciou uma nova era de paz e amizade entre as duas corporações que ficaram a ajudar-se mutuamente e na melhor das intenções de mutuamente respeitarem os seus direitos. E' digno de ficar arquivado o seguinte documento que nos vem esclarecer sôbre quem é o legitimo dônô das imagens do *Ecce Homo* e *Senhor da Cana Verde*, existentes no passo da Igreja e usadas na procissão do *Terro-Terro*, em 5.<sup>a</sup> feira Santa, pela *Ordem Terceira*:

“Rev.<sup>mo</sup> Juiz e mais Snrs. da Veneravel Mêsã da Irmandade do Senhor dos Passos:

O Divino Espirito infunda em Vossas Mercês luz e graça para obrarem com acêrto actos meritórios.

Querendo a Mêsã da Veneravel *Ordem Terceira da Penitência do Nosso Padre S. Francisco* fazer na noute de 5.<sup>a</sup> feira santa a costumada procissão de penitência em que hão de conduzir a sagrada imagem de Christo Crucificado, e como para haver de fazer-se aquele acto mais terno, piedoso e edificante rogo a Vossas Mercês em nome da Mêsã desta veneravel ordem queiram ajudar-nos a tão santo acto, concedendo-nos li-

cença de extrairmos e conduzirmos na dita pro-  
 cissão as duas imagens de *Christo atado á co-  
 luna* e *Ecce Homo*; e para maior decência a tão  
 sacras imagens igualmente rogo algumas alan-  
 ternas; o que tudo prometemos restituir com  
 asseio e decência, que merecem, obrigando-nos a  
 todo o prejuizo que acaso tiverem, favôr este  
 que esperamos de Vossas Mercês, ficando certos  
 em servir V. M. no que fôr na honra de Deus e  
 utilidade dessa respeitavel Irmandade. O secre-  
 tario, Fernando Luiz de Carvalho. Secretaria, 5  
 de abril de 1789.

Na 2.<sup>a</sup> metade do último século, algumas gra-  
 ves incompatibilidades surgiram por motivos po-  
 liticos entre Passos e Santissimo, origem de vio-  
 lencias e scenas pouco edificantes. Está ainda na  
 memoria de muita gente a maneira como se pro-  
 cedia por ocasião das solenidades da Semana  
 Santa, no respeitante a serviços e obsequios mu-  
 tuaveis entre as duas corporações. Não havia  
 forma de concordarem em se auxiliarem recipro-  
 camente; e assim o tablado erguido todos os  
 anos na igreja para o *Lava pedes* de 5.<sup>a</sup> feira  
 maior, pelos do Senhor, não o consentiam estes  
 ali, nem anuiam a servirem-se dele os dos Passos,  
 para a festa de 6.<sup>a</sup> feira. E deste modo a confr-  
 aria do Santissimo se dava logo a desmontar por  
 um lado, com gana e espalhafatoso estrondo, as  
 pranchas e madeiramento do cenáculo que a Ir-

mandade dos Passos ia, acto contínuo, começar a erguer jubilosamente pelo outro!

Não se davam bem; e estas más relações em que viviam, ofereceram aos do Santissimo, ocasião de por partida e talvez acinte, se apossarem das 4 tocheiras grandes dos Passos, como se vê do seu Inventario de 1841. São mesmo objectos somente applicaveis nas solenidades desta irmandade. Hoje são excellentes as relações entre as duas confrarias.

## XXXII

# bibRIA

## Mêsas zelosas

**E**, de justiça que se escreva este capítulo. Todos sabem o desinterêsse que estas corporações gerentes sempre mostram, no geral, ao tomarem a responsabilidade administrativa das associações do culto. Não querem, não buscam nada para si. Mais: despojam-se do amor ao seu socêgo e ás vezes até ao seu bom nome!... pois que ninguem ignora que sómente árduas fadigas e trabalhos as esperam e muita vez a maldécência as espreita para as atingir e enxovalhar. Não ha corôa para a sua abnegação senão de

espinhos ; a sua generosidade não conquista o reconhecimento de ninguém ! Pois não raro o merecem e é bem que isso se saiba.

Na já longa existência da Irmandade dos Passos tem havido mêsas beneméritas. A sua lista completa seria extensa, se fôsse possível organiza-la. E, no entanto, quem lembra hoje a maior parte dos nomes que as compuzeram ? Dedicaram-se, trabalharam, ampararam, deram vida e esplendor á Obra que serviram e remeteram-se ao silêncio, á obscuridade e ao esquecimento em que jazem.

Pois bem ; falemos de alguns, evoquemos alguns, já que todos nos seria impossível.

Fôram distinctos os serviços da Mêsa de 1746. A ela se devem as obras das capelas. Foi reeleita sucessivamente com pequenas recomposições até 1754. Esmeraram-se no esplendor do culto e obras de conservação : a de 1760 que durou mais 8 anos e procedeu á decoração das capelas ; a de 1780 que empreendeu a grande reforma dos templosinhos, dando-lhes mais elegancia e solidez ; vigorou até 1790 ; a de 1826 que se propoz a obra do resurgimento religioso de confraria tão decaído de 1770, devido a questões internas e depois ás invasões francesas, lutas politicas e outras causas.

Em 1782 foi tal a campanha que contra a Irmandade levantaram os P.<sup>es</sup> Antonio José Gomes, Francisco Joaquim Gomes, Manuel José de Oli-

veira Gomes e Francisco Dias de Rezendé que a  
mêsa da presidência do Padre Dionísio Dias  
Ruela os expulsou do seu gremio. Falaram dela  
em conciliabulos, escreviam *em papeis públicos*  
*insultos* contra ella, criavam embaraços á co-  
brança dos seus rendimentos e impediam o anda-  
mento de suas obras. Mas os detractores passa-  
ram e a Irmandade resistindo ao mal que lhe fa-  
ziam, ficou. A mêsa de 1826 foi quem pôz em  
dia o cumprimento dos sufrágios dos irmãos de-  
funtos desde 1771, que estavam sem êles! Fôram  
tambem de grande zêlo a de 1825 que organisou  
os estatutos da Confraria por se haverem desen-  
caminhado os existentes; a de 1827 cuja compe-  
tência e solicitude não foi nunca, nem antes nem  
depois, excedida. Vigorou por mais 20 anos, até  
ao falecimento em 1847 do seu dignissimo presi-  
dente, P.<sup>o</sup> Frei António de S. Jerónimo Ferreira,  
da Ruela. A piedade dêsta mesa foi distincta e  
importantes os aumentos espirituaes e materiaes  
que ella promoveu. A bôa ordem e disciplina, o  
explendor e a maior decência do culto merece-  
ram-lhe particular cuidado, somente egualado  
pelo seu próprio zêlo em manter integros os di-  
reitôs da confraria, com o maior asseio os tem-  
plos e alfaias e bem acauteladas todas as memó-  
rias e documentos confiados á sua guarda. O P.<sup>o</sup>  
Frei António tinha a paixão de arquivar. Guar-  
dava tudo e de tudo ia tomando apontamento.  
Que de informações interessantes não teriam

chegado até nós, se os seus antecessores tivessem desenvolvido como êle o tinha, êsse gôsto?! Infelizmente a maioria dêles desleixava-se nêste sentido e assim deixaram-se perder, e até no olvido, muitas noticias importantes. Frei António queixa-se amargamente desse desmazêlo e lembra a grande responsabilidade que impende sobre a incúria das gerências de tão luzida, como importante, confraria. Na conferência de 27 de março de 1838 chega a apelar para a justiça divina! E' que êle tinha um amor único á obra dos Passos.

E' curioso o que em conferência da vespera da festa em 1842, determina quanto aos abusos já então introduzidos nas procissões com o luxo dos anjinhos. Omitimo-lo, por extenso. Os desmandos de toda a ordem que sempre tendem a introduzir-se nas coisas públicas, mereceram a este sacerdote uma continuada campanha. A talha das capelas inspirou-lhe decisões terminantes, para obrigar as mórdomas a não afixarem lâminas e pingentes, pregando alfinetes, nas colunas. A obra dispensa bem esses adornos postiços, perfeitamente o sabia o padre e devia ser respeitada como reliquia sagrada em que é proibido pôr mão, sob pena de se cometer uma profanação, um sacrilégio.

E' tambem digna de figurar ao lado da antecedentemente recordada a presidida pelo P.<sup>o</sup> António Dias Borges, pelo seu zêlo e acerto da sua administração. Alargou as fontes de receita, pro-

moveu a celebração de sufrágios, não cumpridos por algumas das suas antecessoras, restaurou e reparou templos, deu novo alento á piedade dos irmãos com obras pias, criou a novena nas sextas feiras da quaresma e reavivou o esplendor do culto, muito decadente. Deixou de si grata memória. A sua sucessora seguiu-lhe no encalço, aproveitando o impulso dado á confraria e fez algumas obras materiaes, mas desleixou o culto religioso e o cumprimento dos sufrágios esta-tuaes. Desta forma legou á seguinte um encargo pesadissimo de que ella acaba de libertar-se mandando celebrar sufrágios por alma de 129 irmãos, que ella deixára sem êles. Esta, a actual, está-se distinguindo muito pelo seu zêlo com o culto e prosperidade do tezouro e conservação dos templos, mercê da actividade do seu tezoureiro, José da Silva Miranda.

---

 XXIII
 

---

## Documentos e notas

**B**ASEAMOS este trabalho em documentos fide-dignos de que indicamos os seguintes per-tinentes ao arquivo da Irmandade e que por aí teem, andado dispersos.

*Livro de inventarios e conferências, etc. de 1780 e seguintes. Livro de eleições desde 1686.*

*Livro de contas desde 1734. E' interessantissimo. Livro de entradas e saida de irmãos, desde 1788. Estatutos desde 1727. Portarias, Provisões, Escrituras públicas, Contractos particulares, Orçamentos de obras, Assinados, Memórias, Sentenças dos tribunaes, Cartas, Respostas a questionários, Orçamentos da receita e despesa, Mapas estatísticos, Breves apostolicos, Decisões e Determinações episcopaes, Acordãos, etc. Deles vamos dar cronologicamente algumas notas.*

— Em 1734 faz-se o descimento numa capela portatil.

— No anno de 1741 as figuras de Jesus e S. João Evangelista, do Horto levaram 23 côvados de tafetá e as dos Judeus 23 varas de estopa grossa. A fita para o calix da amargura dêsse passo (oração no Jardim das Oliveiras) custou 60 reis. Comprou-se tambem bitume para o chariz que ali se fazia.

— Em 1742 veem do Porto o andor e forquilha, do Senhor dos Passos, incarnam-se as mãos, pés e cabeça das imagens, pintam-se as jarras do andor e compra-se por 73.440 reis o brocado, damasco, holandilha, galão e franja para o pano do andor, riquissima cobertura ainda existente mas muito deteriorada. Estava-se no tempo das figuras de cômbo.

— No anno seguinte, 1743 fazem-se as esculturas do Senhor Prêso á Coluna e Ecce Homo. — A talha das capelas é quasi toda de 1756 e bem

assim a maior parte das suas esculturas. Em 1758 reparam-se os danos causados nelas pelo terremoto de 1755. Tomam-se as *bichas* abertas nos tectos, designadamente no do *passo* da igreja, o que mostra que ainda estava sem a talha que o reveste e naturalmente sem os seus magníficos retábulos. O P.<sup>s</sup> Manuel de Rezende, iniciador da obra das capelas, morre em 1764.

Andava-se a proceder á obra de escultura e pintura das imagens em 1772. — Em 1775 perde a Ordem Terceira a questão que trazia no tribunal com a Irmandade, por causa do sino. Em 1781 são obsequiados com pão de ló de Ovar os padres que levaram o andor na procissão dos Passos. Arquive-se como documento de antiguidade dessa gloseima. — 1782. De umas tabuas para segurar as portas da prisão e pregos, 90 reis. — Compram-se em 1783 seis ciprestes para o andor, com laços atrenados a ouro. Nêste ano perdem-se na Mata (Estrumada) joias vindas do Pôrto para a festividade anual. Procuram-se, deitam-se pregões, como em taes casos era uso, por toda a parte para que as entregue quem as tiver achado. Afinal, depois de muito trabalho, fôram descobertas com o larápio em Valença do Minho. Quem as achou... fugira para lá. — Em 1785 tomam parte no entêrro do Senhor, alem de soldados romanos, 28 figuras que haviam representado no auto do Descimento. — Francisco Rodrigues Ferreira arrematante da

obra e reforma dos *Passos* requer em 1786 o segundo pagamento vencido, mas ainda em 1788 estava a zero. A reforma referida deu origem á pintura de 1790 e foi custeada pelo *rial dos Passos*, arrematado por 1.301\$000 reis pelo alferes Antonio de Souza Paulino. Houve questões no tribunal entre esta familia e a Irmandade, filiadas nas obrigações da arrematação. — Em 1787 compra-se o pondão que supponho ser o actual. — Em 1790 faz-se a armação da elegante capela do *pretorio*, ainda existente, mas muito deteriorada pelo uso e caruncho. Até aí construia-se para cada ano. O seu custo não excedeu a 30\$000 reis. — O *passo* do Horto não tinha serventia de aguas em 1805, então comprada a Thomé Bento de Pinho. Antigamente as capelitas estavam quasi todas desligadas de outros edificios, sobre si; e as que não estavam, deligenciava-se por as tornar livres e independentes, como se vê.

Hoje em dia e já de ha muitos anos, (até mesmo a do Calvário!) perderam essa liberdade, deixando-se pegar em suas paredes a armação das construções vizinhas! — O Alferes José de Oliveira Pinto, por alcunha o *Louraça* sonega em 1813 as seis lanternas escapadas á rapina gaulesa. Fôra-lhe isso possível, como mesário da Irmandade. Neste crime foi envolvido Francisco Antonio Fragateiro contra quem foi passada ordem de captura e cujos bens sofreram arresto. Na acta da eleição da mesa de 1813 lê-se: «E logo

no mesmo acto detriminárão, o R.<sup>mo</sup> Sr. Vigario Presidente, que as alanternas que obrrepticamente tinha posto o Thezoureiro José de Oliveira Pinto em poder de huns ourives do Pôrto cujo descobrimento fizeram os actuais Mesários, agora se mandassem haver a poder desta mesma Mesa e se compuzessem para servirem nos funeraes e assinárão». Para a Mêsá entrára nesse ano o alferes António Bento de Oliveira Descalço. O Pinto foi demandado, pois; passou seus trabalhos e por fim em 1815 teve que restituir o furto. — Num documento de 1880, resposta a um questionário da autoridade civil, lê-se: «A erecção desta Irmandade nesta villa de Ovar é tão antiga e remota que data de muito antes da erecção do Condado da Feira». Sendo assim é realmente antiquissima. O 1.<sup>o</sup> Conde da Feira foi D. Rui Pereira e o condado instituido em 14 de janeiro de 1452. (1) — Em 1884 compraram-se as seguintes alfaias de prata: a escada por 30\$000, a torquez por 30\$000 e a vara por 40\$000; a alampada do Calvário de metal amarelo custou 15\$000. Os Serafins das capelas dos Passos são da sua

(1) O ultimo conde foi o 8.<sup>o</sup> da estirpe, D. Fernando Pereira. Faleceu em 15 de Dezembro de 1700. Passou então a casa da Feira para a corôa. D. Pedro 2.<sup>o</sup> legou-a em testamento a seu filho, o infante D. Francisco, doação depois confirmada por D. João V, irmão do infante, por carta de 10 de Fevereiro de 1708. A casa da Feira passou com a do Infantado para os Próprios Nacionaes em 1833.

primitiva como se colige da seguinte verba do *Livro de Contas*, referente ao ano de 1758: «Colheres para segurar as tochas dos anjos, 240 reis». — Em 1801 foi feito de novo o caixilho e portas que ficam por cima da portada média da capela do Calvário. Custou tudo 50\$000 e durou até 1921. Neste ano fizeram-se de novo o caixilho e portas que importaram em 81\$000 reis devido aos bons officios do mesário Miguel Pereira da Fonseca Lopes. São em bom cerne de pinho. — Em 16 de janeiro de 1922 desencadeou-se sobre a vila um medonho furacão que durou das 7 da tarde ás 12 da noite e aí produziu grandes estragos. Na Ria causou pavorosas desgraças na grande população dos pescadores e moliceiros que lá mourejam diariamente, e ainda nos romeiros que regressavam em barco dos Santos Martires de Travassô. Morreram afogadas, e de frio e ainda queimadas!! cerca de 44 pessoas. *O Seculo* relatava que nestas ocasiões de temporal que todos evitam abrigando-se, se tem observado clarões repentinos e verdadeiras vagas de intenso calor; e lembra que seria interessante para a sciencia fazer a autopsia aos cadáveres que por essa ocasião apareceram com aspecto de queimados na beira da Ria.

As capelas dos *passos* da Egreja e Calvário sofreram grave dano. A cruz daquela foi derrubada e parte do telhado arrancado, succedendo o mesmo á cobertura do segundo. O temporal foi

pavoroso e soprava de nordeste, o que raramente acontece nesta vila onde o vento dominante é o norte, soprando ás vezes tambem o sul e sudoeste.

—E' costume antiquissimo, pelo menos do alvorecer do seculo 17.<sup>o</sup> que a capa dos *passos* sirva por aluguel nos funeraes em que é uso ir mais duma. E' um direito. Está tambem estabelecido por costume imemorial passado aos estatutos que todo o clérigo seja tido como irmão sem pagamento de joia, desde que se incorpore, uma vez que seja, na procissão de *Passos*. E' tambem dos estatutos que nada se empreste sem aluguel ou troca de serviços e favores.

bibRIA

XXIV

Mesas administrativas  
desde 1686

**E** nos vedado dar principio a esta reseña para além de 1686: o livro de actas mais antigo que desta Irmandade possuímos é desse ano. Por ele vamos começar, indicando apenas, em regra, os nomes do Juiz, Secretário e Tezoureiro.

1686. — P.<sup>e</sup> João Rodrigues, João André, Miguel de Souza e mais três mordomos.
1687. — P.<sup>e</sup> Sebastião Diniz da Fonseca, Antonio André Oleiro, João Oleiro e três mesários.
1689. — Vigario, Antonio Barbosa, Manuel Gomes e André de Oliveira, etc. Vigorou até 1690.
1691. — P.<sup>e</sup> João Rodrigues, Gonçalo André e Manuel Lopes Pinto, etc.
1692. — P.<sup>e</sup> Manuel de Oliveira Sequeira, Manuel Francisco Pisco e Domingos Francisco Rioverde, etc.
1693. — P.<sup>e</sup> Manuel da Fonseca, Manuel Rodrigues Sapateiro e João André Barqueiro, etc.
1694. — P.<sup>e</sup> Faustino de Oliveira, Domingos Tomaz e Manuel Ferreira Ferreiro, etc.
1695. — P.<sup>e</sup> Manuel Soares, Antonio Pereira Mergulhão e Manuel Rebelo, etc.
1696. — P.<sup>e</sup> André Vaz de Pinho, Antonio de Almeida e Manuel Ferreira, etc.
1697. — P.<sup>e</sup> Manuel Rodrigues, Luiz Gomes e Manuel de Oliveira Mansarrão, etc.
1698. — Licenciado P.<sup>e</sup> João da Silva, Manuel da Silva Ramila e Manuel Rodrigues Manco, etc.
1699. — P.<sup>e</sup> Manuel Valente, João Rodrigues Robalo e Manuel de Oliveira Fiandeiro, etc.
- 1700 a 1702. — P.<sup>e</sup> Manuel Correia, Francisco de Oliveira Sequeira e Antonio Francisco, etc.
1703. — P.<sup>e</sup> Manuel da Fonseca, João André e Antonio Rodrigues, etc. Vigorou mais 2 anos.

1705. — P.<sup>e</sup> Manuel Rodrigues, João de Oliveira e Manuel Francisco Cáio.

1706. — P.<sup>e</sup> Bibiano Gomes Ribeiro, Manuel Jorge e Gabriel de Oliveira, etc.

1707. — P.<sup>e</sup> Ventura de Oliveira Dias, Licenciado Manuel Tomaz e João de Oliveira Afaiate, etc.

1708 e 1709. — P.<sup>e</sup> Marcos de Oliveira, Manuel de Oliveira Carvalho e Antonio Dias Falso, etc.



VIA-SACRA em Sexta-feira Santa, em frente  
do Passo da Praça.

1710 e 1711. — P.<sup>e</sup> Valentim da Silva Brandão, Domingos Pacheco e Manuel..., etc.

1712. — P.<sup>e</sup> Baptista André Campos, Manuel de Oliveira Carvalho e Francisco de Oliveira Carvalho, etc.

1713. — P.<sup>e</sup> Luiz Jorge Baldáia, Francisco Rodrigues Serena e Francisco Rodrigues, etc.

1714. — P.<sup>e</sup> Manuel Rodrigues de Oliveira, Amaro Dias e Francisco Rodrigues Serena, etc.

Na acta da eleição se menciona que o vigário António Barbosa se adornava com o titulo de Comissário do Santo Officio.

1715. — P.<sup>e</sup> João Baptista Campos, Francisco de Oliveira e Ventura Gomes, etc.

1716. — P.<sup>e</sup> Caetano de Oliveira, João Rodrigues e Francisco Rodrigues, etc.

1717. — P.<sup>e</sup> Ventura da Cunha, Manuel Ferreira Paulino e Manuel Ferreira Caranguejo, etc.

1718. — P.<sup>e</sup> Manuel da Costa, Manuel Dias Lã e Manuel Lopes Caldeira, etc.

1719. — P.<sup>e</sup> Manuel de Oliveira, Manuel André Campos e Rafael da Silva, etc.

1720. — P.<sup>e</sup> Valentim da Silva Brandão, Pêdro de Oliveira Gomes e Manuel Ferreira, etc.

1721. — P.<sup>e</sup> Manuel Rodrigues de Pinho, José de Oliveira Campos e Luiz Gomes Campos, etc.

1722. — P.<sup>e</sup> Francisco Rodrigues Múzaro, Manuel de Rezende e Domingos Rodrigues Sobralheiro, etc.

1723. — Licencêado Thomé Gomes Dias, Manuel de Oliveira da Assunção e Francisco Rodrigues Matias, etc. Vigorou 2 anos.

1725. — P.<sup>e</sup> Manoel Rodrigues, Domingos R. Serena e Antonio Dias, etc.

1727. — P.<sup>e</sup> Manuel Gomes, Antonio Ferreira Regalado e Amaro Dias, etc.

1728 e 1729. — P.<sup>o</sup> Nolasco, Manuel Gomes e Manuel Pinto, etc.

Faltam as actas das eleições de 1729 a 1737. O livro está truncado.

1737. — Aos 23 de Fevereiro, por excepção rarissima, pois as eleições são sempre em dia da Ascensão ou Domingo immediato: P.<sup>o</sup> Gonçalo Lopes da Silva, Manuel Moreira Pereira e José Rodrigues Capôto, etc.

1738 e 1739. — P.<sup>o</sup> José Pereira Campos, Manuel Pereira de Carvalho e Fernando Pereira de Carvalho, etc.

1740 e 1741. — P.<sup>o</sup> Manuel Rodrigues de Rezende, Manuel Rodrigues Frade e Antonio André Duarte, etc.

1742. — P.<sup>o</sup> Domingos Tomaz, João Pereira de Pinho e Manuel de Oliveira Barqueiro, etc.

1743. — P.<sup>o</sup> João Tomaz, Antonio Ferreira da Cruz e José Rodrigues Matias, etc.

1744. — P.<sup>o</sup> João Rodrigues d'Assunção, Tomé Fernandes e Francisco Pacheco, etc.

1745. — Vigario Antonio de Souza Cirne, Gaspar Rodrigues de Carvalho e João José Gomes, etc.

1746 (2 de Maio). — P.<sup>o</sup> Manuel de Rezende, Manuel Dias e Fernando Pereira de Carvalho, etc.

1747, aos 11 de Maio é reeleita a mesma «por andar a vêr se consegue numa provisão régia o imposto do real a favor do aumento do culto e

fábrica necessaria ás solenidades da Irmandade», isto é, compra de alfaias e construção das capelas.

1747. — P.<sup>o</sup> Manuel de Rezende, Antonio André Duarte e Gaspar Rodrigues de Carvalho.

1749. — Fica a mesma por ser competentissima para dirigir a obra das capelas começada no ano anterior e é reconduzido por isso até 1754.

1754. — P.<sup>o</sup> Dionisio Dias Ruela, Manuel Fernandes Pombo e Custodio José de Lima.

1755. — os mesmos menos o 2.<sup>o</sup> que fica substituido por João Rodrigues da Graça.

1756. — P.<sup>o</sup> José Pereira Campos, Manuel Pereira Baldaia e Francisco Dias Ferreira.

1757. — P.<sup>o</sup> Manuel Thomaz, Manuel de Oliveira Baptista e Custodio José de Lima. Serviu até 1759.

1759. — Prior João Vieira Ramalho, (do Brejo que por isso no povo ainda hoje é chamada Rua do Prior), Francisco Dias Pereira e Brizido de Souza Azevêdo.

1760. — Vigario João Bernardino Leite de Souza, Francisco Pacheco e Brizido de S. Azevêdo. Ficou até 1768 por motivo de a obra da pintura dos Passos convir isso. Em 1762 cuidou-se de adquirir paramentos para maior esplendor do culto. Em 1764 continuavam as obras de pintura.

1768. — P.<sup>o</sup> Manuel de Oliveira Pacheco, Manuel da Cunha Ferreiro e Capitão Francisco Barbosa da Cunha e Melo. Serviu até 1770.

1770. — Vigario João Bernardino Leite de Souza, Manuel Pacheco e Capitão F. B. da Cunha e Melo. Fica a mesma por motivo das obras de pintura, incarnaçào e decoraçào das imagens e capelas.

1775. — Dr. P.<sup>e</sup> Antonio José Gomes, Gabriel Ferreira da Assunçào e Gil Pinto da Rocha Coelho de Azevêdo. Serviu até 1777.

1777. — P.<sup>e</sup> Dionisio Dias Ruela, Francisco José Teixeira de Pinho e Gil de R. P. Coêlho e Azevêdo.

1778. — P.<sup>e</sup> José Rodrigues da Graça, Francisco Gomes Pachêco e José Felix da Rocha Pinto. Serviu até 1780.

1780. — Dionisio Dias Ruela, Francisco Teixeira de Pinho e Dr. João Teixeira de Pinho Coêlho. Em

1781. — Recompoz-se saindo o 2.<sup>o</sup> e entrando Bento José de Souza.

1783. — Sai o Souza e entra Daniel André Lopes. Ficam os outros.

Neste ano procede-se á restauraçào das capelas já *arruinadas e reduzidas a muita indecência* diz a acta. Consegue-se a resurreiçào do real dos *passos*, por provisào régia. Vigora por motivo das obras até 1784.

1784. — P.<sup>e</sup> Mauuel da Costa Mendes, Luiz Custodio Pereira e Salvador da Rocha Tavares Pereira Côrte Real.

Esta mesa não tomou posse alegando que a

sua antecessora não cobrara o juro dos dinheiros emprestados da Irmandade. Foi esse P.<sup>o</sup> Mendes o generoso oferente do terreno fronteiro ao Calvário.

1785. — Convidada a tomar posse, não o fez pelo mesmo motivo, apesar de não ser esse o costume — diz a acta da eleição.

1786. — Recebem-se os juros, convida-se á posse do cargo a mesa renitente. Recusa. O Vigário interveim e escolhe os seguintes individuos para gerirem a Irmandade, sob a sua presidência, assim êle João Monterroso, P.<sup>o</sup> Manuel da Costa Mendes, Luiz Custodio Pereira, etc.

1787. — P.<sup>o</sup> Manuel Rodrigues Valente, Francisco de Souza Campos e João Antonio da Rocha Tavares Pereira Corte Real, etc.

1788. — P.<sup>o</sup> Antonio Pereira Campos, Alferes Antonio de Souza Paulino e Dr. João Teixeira de Pinho Coelho. Serviu até 1790.

1790. — P.<sup>o</sup> Fernando Luiz Joaquim, Manoel Ferreira Regalado e Dr. Francisco Antonio de Oliveira Gomes, etc.

1791. — Ê sustada a eleição por uma portaria episcopal apresentada no acto pelo P.<sup>o</sup> Antonio Pereira Campos, documento que entregava a gerência á Mesa de 1789, presidida pelo apresentante. O prelado procedêra assim porque o informaram de que as obras das capelas (pintura e incarnação) e as questões que então trazia a Irmandade no Tribunal contra devedores remis-

sos, demandavam muito zêlo e competência da parte do Juiz da Confraria. Fica essa Mesa assim reconduzida até 1793. Daqui por diante os novos eleitos recusam-se a tomar posse por motivo desta interferência do prelado.

1796. — P.<sup>e</sup> Antonio Pereira da Silva, José de Souza Rosinha (recusou) e Alferes Bernardino José Gomes Coelho (id.) etc.

1797. — P.<sup>e</sup> António Tomaz Conceição (recusou), Luiz Custodio Pereira (id.) e Alferes Bernardino José Gomes Coêlho, etc.

1798. — P.<sup>e</sup> Manuel de Oliveira Mansarrão, Jerónimo José da Mota (recusou) e Alferes B. J. Gomes Coelho, etc.

1799. — P.<sup>e</sup> Manuel José de Oliveira Gomes, Alferes José de Oliveira Pinto e Dr. João Teixeira de Pinho Coelho, etc.

1800. — Vigário João de Sequeira Monterroso e Melo e os mesmos. Esteve até

1802. — P.<sup>e</sup> Francisco da Costa Mendes, Francisco José Miranda Viana e José Eduardo da Rocha Pereira Tavares, etc. Neste ano na acta duma conferencia lê-se que desde 15 de outubro de 1771 até esse momento se não faziam os officios dos estatutos pelos irmãos falecidos. Resolve-se pedir providencias ao ordinário, mas só fôram dadas mais tarde.

1803. — P.<sup>e</sup> Francisco de C. Mendes, Francisco José Miranda e Antonio de Souza Oliveira, etc.

1804. — P.<sup>e</sup> F. da Costa Mendes, Francisco José Viana e José Eduardo da Rocha Tavares, etc.

1805. — P.<sup>e</sup> Manuel Pereira da Cunha, id., id., etc. Vigorou até

1810. — P.<sup>e</sup> Dionisio de Oliveira Pachêco, João Pereira de Souza e Alferes Bernardino José Gomes Coelho, etc. Vigorou até

1815. — Id. mais Ignácio Pereira da Silva Guimarães, Alferes J. B. Gomes Coelho, etc.

1816. — Fica a mesma até 1820 menos o juiz que é Antonio José Ferreira.

1820. — P.<sup>e</sup> Francisco Barbosa Crú, Miguel Pereira da Silva Guimarães e Alferes B. J. Gomes Coelho, etc. Serve até

1822. — P.<sup>e</sup> José Barbosa de Conceição, João Pereira de Souza e Capitão Inácio Pereira da Silva Guimarães, etc.

1823. — P.<sup>e</sup> Francisco da Costa Mendes Senior, Manuel Ferreira Luzim e José Antonio da Costa e Pinho, etc.

1824. — P.<sup>e</sup> Manuel Pereira da Cunha e os mesmos, que ficam até

1826. — P.<sup>e</sup> Manuel Duarte Pereira, Manuel Gomes Coentro, o novo e Alferes José Justino Gomes Coelho, etc.

1827. — P.<sup>e</sup> Fernando Luiz de Carvalho e os mesmos. Esteve até 1828.

1828. — P.<sup>e</sup> Frei Antonio de S. Jeronimo Ferreira, Manuel Gomes Coentro e Francisco Lopes Guilherme, etc. Serve até 1840 em que se recom-

põe entrando para escrivão João Inacio Pinto Pereira da Cunha. Em 1831 haviam entrado para deputados ou mordomos: Capitão-mor Domingos do Rosário, Major Manuel de Oliveira Arala, Capitão Francisco Pereira de Souza e Alferes António da Costa e Pinho. Vigorou esta mesa até 1846. — Os mesmos e Manuel Gomes Coentro, o novo, etc.

1847. — A 12 de setembro morre o P.<sup>o</sup> Frei António, sendo nomeado a 3 de outubro para seu lugar o P.<sup>o</sup> Joaquim José Gomes, etc. Vigorou assim a mesa até 1851.

1851. — P.<sup>o</sup> Manuel Correia Lopes e os mesmos, etc. Ficam até 1854.

1854. — P.<sup>o</sup> Francisco Dias, M. Gomes Coentro e António Maria de Carvalho Magalhães, etc.

1855. — P.<sup>o</sup> Manuel de Oliveira Louro, António Duarte Pereira Coentro e id., etc. Serviu até 1859.

1859. — Id. e António de Souza Ribeiro e João de Castro Pacheco Corte Real, etc. Serviu até 1861.

1861. — Id. e Teotonio Maria de Carvalho Magalhães e id., etc. Esteve até 1863.

1863. — Id. e Manuel dos Santos Faustino e id., etc. Manteve-se até 1868.

1868. — P.<sup>o</sup> João de Oliveira Descalço, Antonio de Oliveira Lopes e Teotonio Maria de Carvalho Magalhães, etc. Ficou até 1871. Procedeu á restauração da obra dos Passos, concluída em

1871. Recompoz-se por motivo da doença incurável do 2.º em

1869 — em que entrou Manuel Bernardino de Oliveira.

1871. — P.º João Rodrigues Catorze, Joaquim dos Santos Sobreira e Manuel de Oliveira Barbosa, etc.

1872. — P.º Francisco Dias, Antonio Soares Pinto e Manuel Bernardino de Oliveira, etc.

1873. — P.º Manuel d'Oliveira Louro, Antonio Rodrigues Faneco e António Rodrigues de Figueiredo, etc.

1874. — P.º Manuel Maria de Oliveira Baptista, Manuel de Oliveira Barbosa e Manuel Bernardino de Oliveira, etc. Arrematou as portas novas dos *Passos* de S. Tomé e R. das Figueiras por 109.000 reis o empreiteiro José Fernandes, de Travanca. Deliberou esta mesa em sessão de 23 de Dezembro não emprestar lanternas á Confraria do Senhor, com fundamento no art. 24 dos estatutos. Votou contra, o mesário Sobreira, alegando que aquella confraria merecia o emprestimo pelos serviços distinctos que prestava aos *Passos*. Esteve até 1876. Arremata-se por 62.000 a portada média do Calvário, obra de António Joaquim Soares, do Rial de Válega.

1876. — P.º Francisco Dias, Antonio de Souza Ribeiro e Antonio de Oliveira Lopes, etc. Vigóra até 1879.

1879. — P.º Manuel Maria de Oliveira Ba-

ptista, Joaquim dos Santos Sobreira e Lourenço Maria de Oliveira Vaz (recusou), etc.

1880. — P.<sup>o</sup> João de Oliveira Descalço, Manuel Bernardino de Oliveira e Ignácio Maria da Costa e Pinho, etc. Intimada pelo Administrador a pôr os estatutos de harmonia com a Portaria circular de 6 de Dezembro de 1872, recusou-se, sendo dissolvida pelo Governador Civil e resistindo.

1881. — P.<sup>o</sup> Manuel Rodrigues da Graça, José Fernandes Vilas e P.<sup>o</sup> Manuel Maria de Oliveira Baptista, nomeados por alvará do Gov. Civil de 15/1/1881. Era a politica que andava a fazer e a desfazer Mêsas.

1882. — P.<sup>o</sup> Francisco Dias, António de Oliveira Lopes e Manuel Pereira Dias, recebedor da Comarca, etc.

1883. — P.<sup>o</sup> Francisco Marques da Silva, Manuel Valente de Almeida Junior e António de Oliveira Gomes Dias, etc.

1884. — P.<sup>o</sup> Francisco Dias, Antonio Rodrigues da Graça e etc. Vigorou até 1886.

1886. — P.<sup>o</sup> Manuel Rodrigues da Graça, José Maria Gomes Pinto e Jeronimo Alves Ferreira, etc. Esteve até

1889. — P.<sup>o</sup> Francisco Correia Vermelho, José Pinto dos Santos e José António Alves Ferreira, etc.

1890. — Os mesmos, menos o 3.<sup>o</sup> substituido por Bernardo de Oliveira Manarte, etc. Esteve até 1894.

1894. — Os mesmos menos o ultimo que foi substituido por Delfim José de Souza Lami, etc.

1895. — Saiu o Pinto dos Santos e entrou José Antonio Alves Ferreira, etc. Esteve até 1900.

1900 — em que saiu o Lami e entrou António d'Oliveira Lirio.

1901 — P.<sup>c</sup> António Dias Borges, P.<sup>c</sup> Francisco Correia Vermelho e Manuel Valente Lopes, etc. Esta mesa inscreveu como irmãos beneméritos pelos serviços que á Irmandade prestaram em 1902 os srs. Benjamim Rodrigues da Silva, regente da *Música Velha de Ovar* e seu filho David; e passou diplomas de irmãos bemfeitores aos srs. António Marques Branco, do Outeiro e D. José Clara de Jesus Soares, da Ponte Nova— tudo isto em 1904. Esteve até 1907.

1907. — P.<sup>c</sup> Francisco Pedroso Lopes Vinga, João da Silva Ferreira e Augusto da Costa e Pinho, etc. Esteve até 1909.

1909. — P.<sup>c</sup> José Maria Maia de Rezende, Manuel de Oliveira Folha, A. da Costa e Pinho, etc. Vigorou até 1915.

1915. — P.<sup>c</sup> Manuel Rodrigues Lirio, Francisco Lopes da Silva e Amadeu Peixoto Pinto Leite, etc. Recompoz se varias vezes entrando para a gerência Antonio de Oliveira Ramos e José Maria de Carvalho Santos.

1921. — P.<sup>c</sup> Manuel Rodrigues Lirio, José Augusto da Cunha Lima e José da Silva Miranda. Mordomos: Carlos de Oliveira Campos, Manuel

Antonio Lopes, Antonio Rodrigues Capôto, Manuel de Oliveira Leite, José Maria Pereira Carvalho, Manuel Rodrigues Cação, Antonio Vieira Leite. Vigora e tem promovido grandes melhoramentos na administração da Confraria. Agregou á sua acção uma comissão de senhoras que tem prestado os melhores officios ao culto e fábrica da Irmandade.

Actualmente emprega toda a diligencia em obter receita para a reforma das capelas. Nesse sentido arvorou-se em comissão e enviou a seguinte circular aos nossos patricios residentes em Lisboa, Africa e America:

# bibRIA

«Caros Patricios:

Um pequeno grupo de conterraneos vossos que vivem em Portugal e convizinham com vossos lares, vêem trazer-vos as suas saudações, e dirigir-vos um apêlo, fiados no amor que dedicaes a Ovar e ás suas coisas dignas de conservação e do apreço de todo o bom ovarense.

Lembraes-vos certamente e talvez com viva saudade da maior das solenidades da nossa terra, a que mais romeiros trouxe em todos os tempos á nossa vila e mais os nossos avós e nós mesmos sempre estimamos: os Passos.

Pois bem: as suas capelinhas que são uma grandiosa obra digna de muita estima e não tem rival em todo o paiz, estão a arruinar-se. Care-

cem, para se não perderem de todo, de urgentes reformas e reparos. Elas que eram, bem cuidadas, o nosso orgulho, arruinadas serão nossa vergonha e desdouro. Para este facto vimos chamar a vossa atenção e despertar os brios do vosso amor de ovarenses.

A vossa generosidade tão distincta, sempre pronta em acudir tão galhardamente em auxilio das coisas vareiras carecidas da vossa protecção, não ficará indifferente perante uma tal revelação. As capelinhas dos Passos precisam de vosso socorro e isto basta para que lh'o não negueis. Vimos pedir-volo. E ficamos certos de que ides já sem demora abrir entre vós, nossos patricios e entre vossos conhecidos e amigos uma dessas subscrições que sempre tão abundantes sabeis tornar e elevar á altura do vosso amor á vossa terra — em beneficio da obra realmente bela dos Passos de Ovar.

É este o apêlo que vimos dirigir-vos em favor da construção mais artistica da nossa vila e mais carecida do auxilio de todos os ovarenses. Agradecem-vos muito a vossa atenção os

Vossos admiradores e conterraneos,

*P.<sup>o</sup> Manuel Rodrigues Lirio. — José Augusto da Cunha Lima. — José da Silva Miranda. — Manoel de Oliveira Leite. — José Maria Fernandes da Graça. — Manoel Antonio Lopes. —*

Mañuel Rodrigues Cação. — Carlos d'Oliveira Campos. — Antonio da Silva Roma Capoto.

Ovar (Portugal). Novembro de 1922.

XXV

## Arquivo de alguns documentos

EXTRATOS da **Carta de Sentença Cível de Cominatório** contra os moradores do Bairro de S. Pedro e seus vizinhos.

*Requerimento:* «Dizem o Padre Frei Antonio de S. Jeronimo Ferreira, Manuel Gomes Coentro e Francisco Lopes Guilherme, juiz, tezoureiro e escrivão da Irmandade dos Santos Passos desta Vila de Ovar, que sendo seu dever administrar, zelar e conservar tudo quanto respeita á mesma Irmandade, e que sendo as *capellas dos ditos Passos e suas obras adjuntas* o principal objecto que êles devem conservar com maior decencia, limpeza e inteireza, não só pelo que representam, mas pela sua magnificencia, vêem os supplicantes que sem o auxilio das Justiças de Sua Majestade, como Protectores da Religião Santa que professamos, não podem efectuar esta sua

obrigação na Capela do Calvário, de todas a mais perfeita e respeitavel em si mesma e na majestosa Escadaria que lhe fica fronteira e que tanto aformoseia aquelle templo magnifico; porque tem succedido e succede que varios moradores circumvizinhos todos os annos, e como se aquellas Escadas, Pateos e meia laranja fôsem propriedades suas, ali vão lançar seus milhos, malha-los e seca-los, de cujo arbitrio e abuso tem resultado e resulta o acharem-se aluidas todas ou quasi todas as cortinas daquella obra tão famosa e de tanto custo, abaladas varias pedras dos seus portados e abatidas algumas de seu lagêdo: Outro são lamentam os supplicantes o verem que varias pirâmides das mesmas cortinas se acham quebradas pela violencia das cordas de que varias das mesmas pessoas se servem para secarem ali as suas roupas, tudo com notavel prejuizo da Irmandade que é inteiramente senhora e administradora daquella obra tão brilhante sem que o pòvo ou os supplicados tenham ali outro algum direito senão entrar e sair, ver e respeitar.

E', pois, por este motivo que os supplicantes, sempre zelosos pela conservação daquele respeitoso Santuário e sua magnificencia externa, como inimigos de desordens particulares e processos judiciaes, recorrem a V. Senhoria, como sábio e religioso magistrado para que se digne mandar que em todo o Bairro de S. Pedro da Ruela e suas vizinhanças se lancem pregões públicos,

para que nenhuma pessoa torne mais a ter a liberdade de ir lançar seus milhos, malha-los ou seca-los nos Patios e meia laranja da dita Capela do Calvário, nem servir-se de seus muros, nem lançar cordas ás pirâmides para secarem roupas com a pena de 6.000 reis de condenação para despêsas do Concêlho e 30 dias de cadeia, que assim o fizerem, ficando salvo aos supplicantes o direito da acção que em Juizo lhes competir, por qualquer prejuizo que os mesmos supplicados ou algum dêles ali fizerem. Pedem a V. Senhoria se digne assim o mandar na forma requerida. E receberá mercê».

*Despacho:* «Distribuida citem-se por editaes os moradores do Bairro de S. Pedro com pregões quando se afixarem aquelles e se acusará e reacusará a citação nas primeiras Audiencias. — Estevão. Ut accessor Pinto».

*Publicação e afixação de editaes (certidão):*  
 «Aos 19 de outubro do ano de 1832 nesta Vila de Ovar no Bairro de S. Pedro publicou o official porteiro Antonio Nunes, um edital com o teor do requerimento e despacho rétro, e depois de lançar pregões, de que os moradores daquele Bairro eram citados na forma do dito requerimento afixou o mesmo edital na porta da Capela do Calvário ali sita, onde ficou patente a todas as pessoas, de que tudo me deu fé e assinou. Eu Joaquim de Oliveira da Fonseca o subscrevi: Antonio Nunes».

*Termo d'acção e accusação da citação:* «Aos 24 de janeiro de 1833 nesta vila de Ovar em Audiencia publica que fazia o Bacharel Francisco de Oliveira Pinto por comissão do Dr. Juiz de Fóra Antonio José de Souza Pinto Basto disse ele mesmo comissário em nome e como procurador do juiz, thezoureiro e escrivão da Irmandade dos Santos Passos desta vila, que vinham citados por editos os moradores do Bairro de S. Pedro e mais vizinhos para o conteúdo na petição rétro; e por isso requeria fôsem apregoados e havidos por citados. Deferindo o Bacharel Antonio Lourenço Tavares Pereira e Souza os mandou apregoar pelo porteiro da vara da audiencia, que apregoando-os disse o Bacharel João Ferreira Zagalo por estar presente, que protestava contra a nulidade de semelhante citação; bem como do julgado e sentença que dela se extrair. O Bacharel Pinto, procurador dos Autores disse contra-protestava o protesto e de não embaraçar jámais a execução da Sentença que houver com suspensão do julgado que se dér. Ele juiz á revelia dos supplicados debaixo do segundo pregão que mais lhes mandou dar, os houve por citados para o que dito é, e mandou ficassem esperados á primeira, de que se fez este termo pelo que se tomou na mesma cóta. Eu Joaquim de Oliveira da Fonseca o subscrevi».

Em audiencia de 28 de janeiro fôram novamente citados os moradores e vizinhos do Bairro

de S. Pedro que não compareceram e foram julgados ás revelia, proferindo então o juiz a seguinte

*Sentença*: «Julgo cominada a pena declarada na petição folhas duas que mando se cumpra como nela se contem: paguem os Autores as custas. Ovar, 30 de Janeiro de 1833. Antonio José de Souza Pinto Basto».

A *carta* donde fizemos estes extractos tem 10 páginas.

Nas Notas do Tabelião Ignacio Joaquim da Fonseca, livro 191, fls. 149 v.<sup>o</sup> foi lavrada em 4 de maio de 1856 uma escritura em que os vizinhos confinantes do *passo* da Praça se obrigam aos prejuizos que á mesma capela causassem então as obras que iam fazer pegadas ao templo ou as que de futuro se viessem a fazer.

— No livro 17, a fls. 19 v.<sup>o</sup> das notas do tabelião Francisco de Souza Ribeiro foi lançada outra nas mesmas condições, respeitante ao *passo* de S. Thomé, com data de 24 de Agosto de 1886.

— E em 28 de maio de 1889 outra de igual teor foi registada no livro 31 a fls. 50 do mesmo cartório interessante ao *passo* do Horto ou do Senhor caído por terra.

— Em casa do tabelião Dr. Antonio José Pereira Zagalo, R. da Fonte, foi lavrado titulo de

venda da servidão das aguas do *passo* do Encontro, em 10 de junho de 1805.

Vamos pôr chave neste nosso humilde e desvalioso trabalho com os nomes das comissões de Senhoras que durante o ano e por ocasião das festividades anuais da Confraria, se veem encarregando de velar pela limpeza, asseio e adôrno das capelinhas. Os seus serviços são distinctos e prestados com os olhos mais alto que as recompensas da terra, bem o sabemos; porém, o bom exemplo edificou e desperta sempre novas dedicações pelo bem e, por isso, embora alguém se possa julgar ferido na sua modestia, não desistiremos da boa acção de aqui deixarmos arquivados seus nomes, bem dignos de hombrear com os de outras beneméritas senhoras que já tanto trabalharam e se sacrificaram pelo maior esplendor e aumento da Irmandade.

**Passo da Igreja ou do Pretorio:** DD. Emilia Gomes de Almeida e Silva, Felicidade Baptista Fragoso, Maria José Baptista Fragoso, Maria Felicidade Baptista Abragão, Maria José Ferreira Brandão, Margarida Teixeira, Margarida de Almeida Ramos, Maria Miranda, Maria de Oliveira e Silva, Julieta Duarte Lima, Emilia Rodrigues de Oliveira, Tereza Rodrigues, Amelia Gomes da Fonseca, Maria de Oliveira Dias, Margarida dos Santos Lopes, Isolett Rodrigues Pepu-

lim, Maria dos Santos Rodrigues Coelho, Rosa Fidalgo e Maria José Gomes Marcelino.

**Passo do Horto ou do Senhor caído por terra:** DD. Maria da Conceição Moreira, Margarida da Graça Capôto, Maria José de Oliveira, Irene Ferreira Ramos e Beatriz de Oliveira.

**Passo do Encontro:** DD. Maria José Camossa, Emilia Craveiro, Ester Hontencia Soares e Adelia d'Oliveira Vilas.

**Passo do Cruzeiro de Santo Antonio:** DD. Rosa Gonçalves Santiago, Izilda Gomes Pinto, Maria Ludovina Fidalgo Tavares, Nazareth Saramago.

**Passo da Praça ou da Veronica:** DD. Filomena Pereira dos Santos, Maria José Pereira dos Santos, Ana Pereira dos Santos, Maria da Conceição Costeira.

**Passo de S. Thomé ou Filhas de Jerusalem:** DD. Maria Gomes Salvador, Adelia Marques Dias de Rezende, Maria Pinto Catalão, Rosa da Silva André.

**Passo do Calvario:** DD. Joaquina Ribeiro dos Santos, Emilia Gomes de Almeida e Silva, Gloria Dias Marques, Joana Dias de Pinho.

BIBLIOTECA MUNICIPAL	
Nº de Entrada	998
Data Entrada	/ /
Cota	BH0-908/0V - L1A/M

# bibRIA

Fun. BMO  
Rub. 908/2  
LIR/M

VINTE POR CENTO DO PRO-  
DUTO DESTA PUBLICAÇÃO  
REVERTE EM BENEFÍCIO  
DA OBRA DOS PASSOS

PREÇO — 2\$50